

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ENGENHARIA  
CURSO DE ENGENHARIA CIVIL**

**Isadora Melo Fraga**

**CONTRIBUIÇÕES PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE ENGENHARIA  
CIVIL DA UFRGS**

Porto Alegre  
Novembro de 2021

**ISADORA MELO FRAGA**

**CONTRIBUIÇÕES PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE ENGENHARIA  
CIVIL DA UFRGS**

Trabalho de Diplomação apresentado ao Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheira Civil

**Orientador: Fernando Setembrino Cruz Meirelles**  
**Coorientador: Enio Mesacasa Júnior**

Porto Alegre  
Novembro de 2021



Dedico esse trabalho a minha mãe, Ana Paula, que me deu  
o poder de acreditar que eu tenho capacidade de ser o que  
eu quiser.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Ana Paula, por todo amor e dedicação recebidos, por ser meu exemplo de vida e por me incentivar sempre. Tu me fizeste chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai, Ricardo, por todo apoio nos meus anos de faculdade e na vida, por sempre acreditar em mim e por todo amor, carinho e cuidado.

Agradeço aos meus avós, Anilda, Carlos, Gemma e Fabio, por serem meu porto seguro e me mostrarem o valor da família. Amo vocês.

Agradeço a minha madrasta, Bia, por ter se tornado uma pessoa tão especial na minha vida e por me inspirar a ser alguém melhor.

Agradeço aos meus padrinhos, madrinhas e primos, por me fazerem amar fazer parte da nossa família.

Agradeço aos amigos, de vida e de UFRGS, por fazerem eu me sentir com muita sorte em ter quem eu tenho comigo e por todos os momentos especiais que já vivemos juntos.

Agradeço ao PET Civil, aos meus amigos do grupo e à professora Vanessa, por me apresentarem a Extensão Universitária e me permitirem acreditar na função social que a engenharia pode ter.

Agradeço ao CEUE, aos meus amigos feitos lá e principalmente à área de Extensão Social, por me mostrarem que tudo é possível quando temos um propósito em comum.

Agradeço aos meus orientadores, Fernando e Enio, por todo apoio no desenvolvimento desse trabalho e por terem me auxiliado a escrever sobre algo que eu amo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por todos anos de experiências incríveis na graduação e por permitir que eu me desenvolvesse como profissional e como pessoa.

## RESUMO

A extensão surgiu na universidade brasileira como uma forma de estabelecer laços com a sociedade. Com a participação ativa do movimento estudantil e de outros educadores, o caráter assistencialista da extensão foi revisto e essa componente passou a ser vista como principal ferramenta para a universidade realizar a sua função social. Ao perceber a sua importância para o meio acadêmico, a Extensão Universitária (E.U.) passou a ser reivindicada e estruturalizada. Após mais de 20 anos de análise e discussões, em nível nacional, para se definir conceitos e diretrizes da atividade de E.U., ela é definida como obrigatória no currículo de cursos de graduação na resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação que traz a proposta de assegurar 10% da carga horária total de um curso de ensino superior em projetos e programas de extensão. Atualmente, em 2021, algumas universidades já cumprem esse objetivo, mas o prazo definido para que todas as instituições se adéquem é de dezembro de 2022. A UFRGS ainda está em fase de discussão sobre a inserção da Extensão Universitária nos currículos de seus cursos, o mesmo acontece com quase a totalidade dos cursos da Escola de Engenharia. Com o objetivo de contribuir para essa discussão, sugerir ações e fornecer dados para facilitar as tomadas de decisão da Escola de Engenharia e principalmente, no curso de Engenharia Civil, esse trabalho buscou ouvir e entender os interesses dos futuros principais envolvidos na execução, coordenação ou potenciais públicos-alvo das atividades de Extensão Universitária. Foram identificadas oportunidades para a criação de atividades que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos e que integrem a matriz curricular do curso, sendo esse um ponto comum de interesse para realizar ações de Extensão Universitária entre os discentes e docentes. O setor privado, público e de organizações sociais se mostrou aberto e interessado em fazer parte de ações de Extensão Universitária e os docentes da Escola de Engenharia estão dispostos a participar de capacitações e treinamentos sobre o tema. A pesquisa também mostrou que entre os alunos os principais desafios para a curricularização serão em relação à carga horária do curso e necessidade de deslocamento para participar das ações. Mesmo com direcionamentos e sugestões para o avanço da discussão da curricularização no curso de Engenharia Civil muitas respostas só serão obtidas quando a curricularização de fato acontecer. Assim, é recomendado que todos envolvidos nesse processo estejam preparados para avaliar crítica e continuamente as alterações de currículo realizadas para a inserção das atividades de Extensão Universitária.

**Palavras-Chaves:** Extensão Universitária. Curricularização. Engenharia Civil.

## ABSTRACT

The university extension appeared at the Brazilian university as a way of establishing ties with society. With the active participation of the student movement and other educators, the assistance character of the extension was revised and this component came to be seen as the main tool for the university to carry out its social function. When realizing its importance for the academic environment, the University Extension started to be claimed and structured. After more than 20 years of analysis and discussions, at the national level, to define concepts and guidelines of university extension activity, it is defined as mandatory in the curriculum of undergraduate courses in resolution No. 7 of December 18, 2018 of Conselho Nacional de Educação that brings the proposal to ensure 10% of the total workload of a higher education course in extension projects and programs. Currently, in 2021, some universities already meet this objective, but the deadline set for all institutions to adapt is December 2022. UFRGS is still in the discussion phase about the inclusion of Extension in the curricula of its courses, the same happens with almost all the courses of the Escola de Engenharia. In order to contribute to this discussion, suggest actions and provide data to facilitate decision-making at the Escola de Engenharia and especially in the Civil Engineering course, this work sought to listen and understand the interests of the main futures involved in the execution, coordination or potential target audiences of university extension activities. Opportunities were identified for the creation of activities that contribute to the enrichment of students' education and that integrate the course's curriculum, which is a common point of interest for carrying out University Extension actions among students and teachers. The private, public and social organizations sectors showed themselves to be open and interested in taking part in University Extension actions, and the Faculty of Escola de Engenharia are willing to participate in qualifications and training on the subject. The survey also showed that among students, the main challenges for curricularization will be in relation to the course load and the need to travel to participate in the actions. Even with directions and suggestions for advancing the discussion of curricularization in the Civil Engineering course, many answers will only be obtained when the curricularization actually takes place. Thus, it is recommended that everyone involved in this process is prepared to critically and continuously assess the curriculum changes made for the insertion of University Extension activities.

**Keywords:** University Extension. Curriculum. Civil Engineering.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentuais de respostas obtidas em relação à carga horária dedicada a atividades remuneradas.....	34
Figura 2 - Etapas consideradas mais adequadas pelos alunos para a realização das atividades de extensão .....	35
Figura 3 - Possibilidades de locais para a prática de atividades de extensão .....	36
Figura 4 - Necessidade de auxílio para deslocamento para atividades fora dos campi da UFRGS .....	37
Figura 5 - Tempo considerado aceitável para deslocamento.....	38
Figura 6 - Motivação para participar de atividades de extensão .....	40
Figura 7 - Preferência pelo tempo de desenvolvimento das atividades.....	42
Figura 8 – Tempo de docência dos professores na EE.....	44
Figura 9 - Motivações para coordenar atividades de extensão .....	45
Figura 10 - Desafios para a curricularização .....	46
Figura 11 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre a resolução nº 75/2019 da UFRGS .....	47
Figura 12 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre a decisão nº 266/2012 do CONSUN .....	48
Figura 13 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre o registro de atividades no portal de extensão .....	49
Figura 14 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre as diretrizes de extensão universitária .....	50
Figura 15 - Experiências anteriores do docentes com atividades de extensão .....	52
Figura 16 - Experiência dos docentes por área temática .....	53
Figura 17 - Valorização da extensão em relação ao ensino e pesquisa .....	54

Figura 18 - Dados estatísticos sobre o interesse dos docentes em coordenar atividades de extensão .....	56
Figura 19 - Dados estatísticos sobre a aptidão dos docentes para coordenar atividades de extensão .....	57

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Formas de classificação as atividades de extensão .....	30
Tabela 2 - Etapas dos alunos respondentes. ....	33
Tabela 3 - Interesse dos alunos pelas linhas de extensão .....	39
Tabela 4 - Atividades próximas à Escola de Engenharia que os alunos já fizeram ou gostariam de fazer parte e o status de seu registro na Universidade .....	41
Tabela 5 - Conhecimento sobre as diretrizes de extensão universitária .....	51
Tabela 6 - Linhas de extensão priorizadas pelos docentes .....	55

## **LISTA DE SIGLAS**

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEUE – Centro de Estudantes Universitários de Engenharia

CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão

COMGRAD – Comissão de Graduação

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

DCN – Diretriz Curricular Nacional

DECIV – Departamento de Engenharia Civil

DELET – Departamento de Engenharia Elétrica

DEMAT – Departamento de Materiais

DEQUI – Departamento de Engenharia Química

EU – Extensão Universitária

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

IES – Instituição de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NUITRAN – Núcleo Interdisciplinar de Trânsito

ONG – Organização não governamental

PET – Programa de Educação Tutorial

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão Universitária

SEMPE – Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão

SERGS – Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo Geral .....	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	15
2.1.1 Reforma Universitária de Córdoba de 1918 .....	15
2.1.2 Extensão Universitária na América Latina e no Brasil.....	16
2.1.3 A contribuição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão para o avanço conceitual da Extensão.....	20
2.2 LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	22
2.2.1 Política Nacional de Extensão Universitária .....	22
2.2.2 Plano Nacional de Educação.....	24
2.2.3 Resoluções e decisões da UFRGS .....	25
2.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DO BRASIL .....	29
<b>3 AVALIAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS E LIMITAÇÕES PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA ENTRE OS DISCENTES DE ENGENHARIA CIVIL .....</b>	<b>32</b>
<b>4 ANÁLISE DO CONHECIMENTO E INTERESSE EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO PELO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE ENGENHARIA .....</b>	<b>43</b>
<b>5 VISÃO EXTERNA DAS POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....</b>	<b>58</b>
5.1 ASSOCIAÇÃO PROJETO SURFAR.....	58
5.2 SECRETARIA DE INOVAÇÃO DE PORTO ALEGRE .....	60
5.3 SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RIO GRANDE DO SUL .....	62
<b>6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>64</b>
6.1 MODALIDADES DE ATIVIDADES PARA A CURRICULARIZAÇÃO .....	64

6.2 LINHAS TEMÁTICAS DE INTERESSE .....	65
6.3 LIMITAÇÕES DE CARGA HORÁRIA E DESLOCAMENTO DOS DISCENTES.....	65
6.3 CAPACITAÇÃO E INTERESSE DOS DOCENTES .....	66
6.4 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO JUNTO A SETORES EXTERNOS À UNIVERSIDADE .....	67
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO 1 – LINHAS TEMÁTICAS PARA CLASSIFICAÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A prática de atividades de Extensão Universitária (E.U.) surgiu no Brasil ainda no início do século XX juntamente com a criação do Ensino Superior, com influências da Inglaterra e dos Estados Unidos. Segundo Rothen (2008) a concepção norte-americana via a extensão como a forma da universidade estabelecer laços de solidariedade com a sociedade, utilizando em benefício desta as atividades universitárias. No entanto, esse contato da universidade com a sociedade se daria basicamente na forma de cursos, o que reforçava a ideia de que os universitários “detinham um conhecimento que deveria ser ensinado” e que estavam “levando cultura” para quem não tinha acesso ao ensino formal.

Entre as décadas de 1910 e 1960, a organização estudantil foi importante para que atividades de extensão se fizessem presentes dentro das universidades latino-americanas. Pode-se citar a Reforma Universitária de Córdoba de 1918, que reivindica a extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária, e movimentos culturais e políticos organizados pela União Nacional dos Estudantes – UNE em 1950 e 1960.

Novas iniciativas do MEC na primeira metade da década de 1970 propuseram medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária, como a criação do Plano de Trabalho de Extensão. Durante o período de redemocratização a concepção das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão foi revisitada, e se questionou a visão assistencialista das ações extensionistas. Então, a Extensão Universitária passou a ser vista como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa, se relaciona com movimentos sociais e considera a população como agente principal de suas ações. Nesse cenário de fortalecimento da relação entre universidade e população, no fim da década de 1980 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que redefiniu o conceito de Extensão Universitária.

Com a formalização do conceito de Extensão Universitária e o seu entendimento como essencial a vivência universitária, teve início o seu processo de institucionalização. O primeiro passo foi a criação da Comissão de Extensão Universitária, em 1993, em colaboração com o SESu/MEC, com objetivo de definir princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão. Outro grande marco para a estruturação da E.U. foi a aprovação da nova Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012, esta nova política complementa o que foi definido no

Plano Nacional de 1999 e define o conceito, diretrizes, princípios e objetivos da Extensão Universitária.

Finalmente, após mais de 20 anos de estudos e discussões, a curricularização da Extensão Universitária é prevista na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, válido até 2024, que tem como objetivo:

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

A fim de assegurar o cumprimento dessa meta, os fóruns de pró reitores conseguiram aprovar a Resolução nº 7 de dezembro de 2018 que prevê a atividade de extensão como obrigatória no currículo dos cursos de graduação das IES do país.

Trazendo o olhar para os cursos de engenharia, atualmente são exigidos profissionais com cada vez mais capacidade de coordenar informações, interagir com pessoas, interpretar de maneira dinâmica a realidade e propor soluções que sejam não apenas tecnicamente corretas, mas que considerem os problemas e o ambiente em sua totalidade. E é nesse contexto que também surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, inseridas na Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019 e que devem ser implantadas até abril de 2023. Pelo impacto, pode-se dizer que ambas as propostas, tanto a curricularização da extensão quanto as novas diretrizes curriculares, exigem uma reforma curricular que deverá acontecer em todas as universidades e permitirá a ampliação das ações extensionistas e a modernização do ensino na engenharia.

Historicamente, o ensino de engenharia privilegia a acumulação de conteúdos como garantia de formação de um bom profissional e o processo de aprendizagem é centrado no professor. E ainda que as propostas de alterações curriculares sejam estabelecidas por amplo processo participativo, quando as alterações têm que ser implementadas nos cursos de Engenharia surge uma tensão entre o novo e o velho no âmbito do corpo docente e discente (De Castro, 2010). Assim, esse trabalho surge como uma contribuição para fomentar e embasar a discussão de propostas de mudança no currículo da Engenharia Civil da UFRGS, um curso com quase mil alunos e 125 anos de história, e para que a curricularização esteja alinhada com a legislação vigente e proporcione experiências satisfatórias para alunos e professores.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar possibilidades para a inserção curricular da Extensão Universitária no curso de Engenharia Civil da UFRGS, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, as Resoluções e Pareceres da Universidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Discutir a curricularização da Extensão Universitária com os discentes da Escola de Engenharia da UFRGS e avaliar as preferências e limitações para essas atividades dos alunos de Engenharia Civil;
- Analisar a experiência prévia, o conhecimento sobre Extensão Universitária e os regimentos da Universidade e interesse em participar da coordenação e execução de atividades de E.U. pelos docentes do Departamento de Engenharia Civil da UFRGS;
- Identificar perfis de atividades extensionistas que podem ser realizados pelos alunos do curso de Engenharia Civil e identificar a demanda por essas atividades em setores sociais externos à universidade;
- Sugerir propostas para implementação da E.U. no currículo do curso.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL**

Esse capítulo abordará os principais aspectos históricos da Extensão Universitária na América Latina e no Brasil que nos fizeram chegar ao atual cenário da prática extensionista. O marco inicial considerado será o da Reforma Universitária de Córdoba de 1918 que, com forte traço anticolonialista, reivindicou uma universidade direcionada para as questões regionais e propôs a Extensão Universitária como atividade permanente nas instituições.

Até então, segundo Nogueira (2019) a prática de atividades de Extensão Universitária na América Latina tinha forte influência de modelos desenvolvidos na Inglaterra, que posteriormente se espalharam pela Europa. E mesmo após o movimento reformista, o contato com a sociedade ainda se dava basicamente na forma de cursos, ministrados pelos estudantes para integrantes de classes operárias, o que reforçava a ideia de que os universitários “detinham um conhecimento que deveria ser ensinado” e que estavam “levando cultura” para quem não tinha acesso ao ensino formal. Essa visão do entendimento de Extensão Universitária só mudou décadas depois, com a influência de educadores como Paulo Freire, Augusto Salazar Bondy e Leopoldo Zea.

#### **2.1.1 Reforma Universitária de Córdoba de 1918**

O contexto político da Argentina que antecedeu a reforma de Córdoba foi marcado pelo aumento de uma classe média que pressionava por uma maior participação social e por um proletariado, composto por operários assalariados, que se formava e organizava nos centros urbanos – esses grupos cada vez mais começaram a estruturar seus sindicatos e organizações, sendo influenciados por ideias socialistas e liberais.

Embora a mobilização das classes médias tenha sido importante para o movimento reformista, o movimento foi liderado por jovens estudantes provenientes das classes mais ricas, que estavam insatisfeitos com a maneira como as universidades eram geridas e que se colocavam contra o colonialismo europeu e o imperialismo estadunidense. Em 1917, ano anterior à reforma, foram registrados diversos protestos estudantis que posteriormente culminaram em uma greve geral dos estudantes. A greve geral foi causada pela indignação com o fechamento do internato do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade

de Córdoba, que além de servir para o aprendizado da prática médica também oferecia de residência e alimentação para os alunos com menos condições financeiras. Após terem seu pedido de reabertura do Hospital recusado, os estudantes se articularam e em março de 1918 criaram o chamado Comitê Pró-Reforma, com membros de cada faculdade da universidade, e convocaram uma greve geral.

A greve geral e o movimento reformista tiveram apoio do governo nacional, de estudantes de outras instituições de ensino do país e das classes média e operárias da Argentina. Em junho de 1918 os estudantes publicam o Manifiesto Liminar, que servirá de referência para o movimentos reformista de Córdoba e de outros movimentos estudantis na América Latina.

Ainda conforme Nogueira (2019), o “Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba: La juventud argentina de Córdoba – A los hombres libres de Sud América” ou o Manifiesto Liminar refletia as críticas e anseios dos estudantes de Córdoba nos anos anteriores à reforma. O documento reforçava ideais americanistas, criticava fortemente os métodos docentes e as universidades do século XX, acusando-as de serem dominadas pela religião católica e por interesses corporativos, e dava à juventude um papel político fundamental para a luta por transformação e emancipação. O manifesto foi redigido por Deodoro Roca e assinado por quinze alunos do diretório da Federación Universitaria de Córdoba.

A extensão passa a ser vista pelos estudantes como forma de reforçar a função social da universidade, defendida pelo movimento, que não deveria se restringir às aulas ministradas no interior da instituição, mas também atender as classes operárias e quem não tivesse acesso à universidade. Por meio da extensão, a universidade se voltaria à investigação e solução dos problemas nacionais. (TÜNNERMANN BERNHEIM, 2001: 33; LA GACETA UNIVERSITARIA, 1918-1919)

### **2.1.2 Extensão Universitária na América Latina e no Brasil**

Após a Reforma de Córdoba os ideais do movimento se espalharam pela América Latina, criando um padrão de universidade pública, laica e democrática, cogerida por estudantes e professores, independente da Igreja e do Governo e aberta aos problemas de sua época. (Leher, 2008). Isso aconteceu em parte, pelos diversos congressos latino americanos que fizeram com que os estudantes trocassem informações.

Com a preocupação dos estudantes em fortalecer a extensão dentro das universidades, foram criadas diversas atividades de extensão nas instituições da América Latina, como conferências, uma companhia de teatro com a finalidade de promover educação popular e difusão cultural e cursos de mecânica, eletricidade, técnicas contábeis e secretariado, que tiveram grande aceitação da comunidade. Basicamente, a Extensão Universitária agia como forma de difundir o conhecimento universitário para as camadas populares. Mesmo considerando que os estudantes haviam criado laços de solidariedade com as classes operárias, essa extensão não se afastava da visão elitista de que os universitários deveriam “levar” conhecimento a quem não o tem e que as atividades não contribuiriam para sua formação acadêmica.

Ainda assim, alguns líderes da reforma como Saul Taborda não concordavam com esse conceito elitista da extensão e consideravam que ela deveria ser uma função provisória da universidade até que todos tivessem acesso a uma educação pública e universal (BONETO, 2009, p.53). No entendimento de Nogueira (2019) o Movimento de Córdoba trouxe a Extensão Universitária como um instrumento de maior democratização e projeção social da universidade, e contribuiu para a consolidação discussões sobre o tema nos anos seguintes em universidades da América Latina.

Avanços relacionados a conceitualização e institucionalização da Extensão Universitária começaram a acontecer através de eventos de caráter regional no continente latino-americano, como El Primer Congreso Internacional de Estudiantes, ocorrido no México, em 1921 e El Primer Congreso de Universidades Latinoamericanas, ocorrido em 1949, na Guatemala e com a criação da Unión de Universidades de América Latina (UDUAL). A UDUAL realizou as duas primeiras Conferencias Latinoamericanas de Difusión Cultural y Extensión, em 1957 e 1972 com os objetivos de estabelecer a conceitualização da E.U. e posicionamentos políticos e acadêmicos para o seu desenvolvimento.

Nogueira (2019) considera que as contribuições da II Conferencia Latinoamericana de Difusión Cultural y Extensión Universitaria foram o marco mais significativo da construção dos conceitos e diretrizes políticas da Extensão Universitária no continente. E entre essas contribuições, destaca: o entendimento do ensino, pesquisa e extensão como dimensões igualmente importantes na academia, bem como sua integração; a visão da necessidade da institucionalização da extensão; o caráter formativo da Extensão Universitária e seu papel na

oxigenação da universidade e a superação da extensão apenas como difusora de cultura, mas também de conhecimento científico e técnico.

Nas décadas seguintes, continuaram surgindo entidades regionais que discutiam a Extensão Universitária através de encontros nacionais e regionais. E ainda hoje através desses intercâmbios de informação, a construção do referencial da Extensão Universitária é um processo em andamento na América Latina.

No Brasil, a influência da Reforma de Córdoba aconteceu depois de países como Peru, Cuba, Chile, Uruguai e Colômbia e pode ser percebida no Manifesto dos Estudantes do Rio de Janeiro, publicado em 1928, que continha trechos do Manifesto Liminar e críticas semelhantes às feitas pelos estudantes argentinos. O manifesto reforça o papel de protagonismo da juventude e a função social da universidade.

A primeira referência da Extensão Universitária em legislações no país foi feita em decretos da Reforma do Ensino Superior da República, em abril de 1931 que define o Conselho Nacional de Educação com responsável por facilitar a Extensão Universitária e promover o maior contato entre os institutos técnico-científicos e o ambiente social. Ainda assim, a extensão continuou sendo realizada apenas através de cursos e conferências e era uma atividade isolada do ensino e da pesquisa.

Apesar de um retrocesso na legislação nacional na década de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 que contempla a Extensão Universitária de uma forma vaga, nesse período movimentos culturais e políticos organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) contribuíram para transformar o entendimento e as práticas extensionistas. Os estudantes brasileiros estavam realizando atividades de extensão (como campanhas de alfabetização de adultos, de saneamento e assistência jurídica, cursos para mestres de obras e líderes sindicais e projetos de assistência junto a comunidades mais carentes) de maneira desvinculada das instituições. E são esses estudantes que, mobilizados pela UNE, participariam da discussão e elaboração de propostas para a reforma universitária brasileira.

Como resultado dessa mobilização se tem a Declaração da Bahia (1961) e a Carta do Paraná (1962), elaborados ao final dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária. Estão presentes nos textos, críticas ao sistema universitário da época (bastante semelhantes às da Reforma de Córdoba) e análises sobre a realidade brasileira, nos aspectos socioeconômicos e políticos. Em relação à Extensão, Nogueira (2019) nota influências freirianas nas propostas,

como a valorização da cultura e o respeito aos valores das classes populares e a intenção de se fazer extensão “com” a sociedade e não “para” ela. Porém, na Reforma Universitária de 1968, a Extensão Universitária aparece novamente reduzida a cursos e serviços e desvinculada do ensino e da pesquisa.

A elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, pela Coordenação de Atividades de Extensão (Codae), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em 1975 trouxe avanços para a conceitualização e institucionalização da extensão. O Plano tem influência das práticas dos movimentos estudantis, define a extensão como atividade permanente das universidades e traz formas de executar as atividades, mantendo a autonomia e responsabilidade dos departamentos das universidades para o desenvolvimento da extensão.

Coincidindo com o período de redemocratização no Brasil, a partir da década de 1980, professores que executavam ações de Extensão Universitária em instituições de várias regiões do país começaram a se articular nacionalmente – o que em 1987, resultou na criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A autonomia universitária e o compromisso da universidade pública com as classes menos favorecidas eram pontos muito discutidos no ambiente acadêmico na época e contribuíram para a formação de alguns consensos sobre a prática da Extensão Universitária, entre eles: a E.U. como principal ferramenta para a universidade realizar a sua função social, a necessidade da institucionalização da extensão, o reconhecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o caráter interdisciplinar das práticas extensionistas e o financiamento da extensão como responsabilidade governamental.

Em 1988, na Constituição do Brasil a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é citada, bem como a possibilidade de as atividades de extensão receberem, assim como a pesquisa, apoio financeiro do poder público. O reconhecimento na constituição foi considerado um grande avanço para a institucionalização da Extensão no país. Nos anos seguintes, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em colaboração com o MEC, elaborou três importantes políticas de Extensão Universitária: Programa de Fomento à Extensão Universitária, em 1993; Plano Nacional de Extensão Universitária, em 1999; e Política Nacional de Extensão Universitária, em 2012. As principais contribuições do FORPROEX para a atual conceitualização da Extensão Universitária no país serão abordadas no próximo capítulo.

### **2.1.3 A contribuição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão para o avanço conceitual da Extensão**

Desde a criação do Plano de Trabalho de Extensão Universitária pelo MEC, em 1975, a institucionalização da Extensão se fortaleceu e com ela surgiu a necessidade de se criar estruturas especializadas dentro das instituições de ensino. Conforme Leonidio (2017) com o fim da ditadura se tornou comum a criação de espaços de debates sobre educação no âmbito nacional, o que oportunizou os primeiros encontros regionais de Pró-Reitores de Extensão, que ocorrem nas regiões Norte (1985), Nordeste (1987) e Sudeste (1987) e que antecederam o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 1987 na Universidade de Brasília.

Esse primeiro encontro contou com a participação de 33 pró-reitores de extensão ou ocupantes de cargo similar das instituições públicas – como coordenadores, pró-reitores de assuntos estudantis e comunitários e pró-reitores de cultura. Essa diversidade de cargos era um reflexo de como a Extensão Universitária não tinha um único entendimento e padronização entre as instituições no país, o que dificultava o processo de institucionalização. O documento final do encontro consolida a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e cita como seus objetivos:

I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP da área, a nível regional e nacional;

II - Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias;

III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;

IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;

V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

Além disso, o regimento do Fórum recomendava que seus futuros encontros acontecessem pelo menos uma vez por ano. Atualmente, com 34 anos de FORPOREX foram

realizados 47 encontros nacionais, que abordaram temas como o conceito, institucionalização, e financiamento da extensão, sua articulação com ensino e pesquisa, metodologia, interdisciplinaridade, autonomia universitária, entre outros. Cabe destacar que a UFRGS é participante do Fórum desde o seu início, mesmo a participação não sendo obrigatória, e teve um papel importante nas discussões desse colegiado.

Em 1993 o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores em colaboração com o MEC, formalizou conceitos importantes, com a definição das diretrizes e objetivos, e inaugurou o financiamento das ações extensionistas. O programa foi interrompido em 1995 e retomado em 2003, sob o nome de Programa de Extensão Universitária (PROEXT).

O Plano Nacional de Extensão publicado em 1999 traz conceitos que seriam retomados na Política Nacional de Extensão Universitária (detalhada no próximo capítulo), e tinha como objetivo ser um “instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira”.

Do ponto de vista do avanço metodológico da prática da extensão, devem ser citados os Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão (SEMPE) que aconteceram entre os anos de 1996 e 2013, e foram promovidos pelo FORPROEX. A ideia de um seminário para discutir a metodologia de projetos de Extensão Universitária surgiu por iniciativa da área de Inovação Tecnológica e Organização Industrial da COPPE/UFRJ, com apoio da Sub-Reitoria de Extensão e Desenvolvimento (SR5/UFRJ), para auxiliar professores, alunos das universidades e membros de comunidades locais na formulação e avaliação de projetos de extensão. Por ter o foco em questões metodológicas da extensão alguns temas específicos estavam presentes nos trabalhos dos eventos tais como metodologias de pesquisa-ação, de planejamento participativo, de comunicação e interação, métodos de moderação e trabalho em grupos, utilização da informática em projetos participativos.

Em um e-book elaborado durante a realização do VI Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão (realizado na UFSCar em 2008), Michel Thiollent, então professor da COPPE/UFRJ e Coordenador de Extensão do Centro de Tecnologia da UFRJ fala dos avanços metodológicos de atividades de Extensão Universitária nos últimos anos, devidos principalmente às discussões propostas nos seminários. Dois conceitos muito presentes nos SEMPE são o de pesquisa-ação e de métodos participativos, que já possuíam tradição em várias

áreas de atuação social e educacional e ganharam força na E.U. durante o início dos anos 2000. Segundo Thiollent (1997), pesquisa-ação é:

(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A prática é muito alinhada com o conceito e diretrizes de Extensão Universitária que conhecemos hoje, assim, pode-se notar a influência e a contribuição que os Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão tiveram para a construção da Política de Extensão Universitária e outros documentos e resoluções derivados dela. Ainda segundo o documento produzido no VI Seminário, uma das preocupações apontadas para o futuro da aplicação da pesquisa-ação em atividades de Extensão Universitária é o difícil equilíbrio entre a burocratização excessiva (visto nas exigências institucionais) e a falta de planejamento, gestão e avaliação das atividades, que pode resultar em ações pouco efetivas.

## 2.2 LEGISLAÇÃO VIGENTE

Neste tópico serão mostrados os principais documentos e resoluções que, atualmente, regulamentam e guiam a prática extensionista no Brasil e na UFRGS. Em muitos pontos esses documentos retomam ideais da Reforma Universitária de Córdoba, apresentados anteriormente, como a importância de as universidades atuarem em conjunto com a população local e valorizarem seus saberes, reconhecendo o papel da Universidade Pública no enfrentamento de desigualdades.

### 2.2.1 Política Nacional de Extensão Universitária

A Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em maio de 2012, reafirmou o compromisso de diversas instituições de ensino superior com a transformação da Universidade Pública, para torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia e ainda hoje é referência quando se fala de Extensão Universitária. O conceito de extensão presente no documento é:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

A Política também traz cinco diretrizes, que visam orientar a formulação e implementação de ações de extensão: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Como princípios da Extensão Universitária é possível destacar a valorização do saber local, a priorização de ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil, a atuação junto ao sistema de ensino público e a ideia de que a universidade não deve acreditar que vai oferecer um saber pronto e acabado para a sociedade, mas sim, que deve ser sensível a seus problemas e apelos.

A consolidação da E.U. traz alguns desafios, que são mencionados na política nacional, como estimular o protagonismo estudantil, garantir que as atividades contribuam para a formação acadêmica do estudante, estabelecer bases sólidas para o financiamento da extensão bem como definir o papel dos editais e planejamento das universidades, exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, entre outros.

Em relação ao financiamento das atividades, o FORPROEX defende não apenas o aumento dos recursos, mas também sua estabilidade e transparência, garantindo sua utilização em áreas prioritárias. A origem dos recursos deve ser tanto da esfera federal, quanto estadual e municipal e até mesmo da própria universidade. Ainda segundo o documento:

A inserção da Extensão Universitária no Decreto nº 7.233, de 2010, que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais, no âmbito do MEC, foi uma iniciativa importante para a garantia de financiamento público para as ações extensionistas, com as qualidades acima enumeradas. Mas sua materialização depende do atendimento de exigência prevista no próprio decreto, qual seja, “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (Artigo 4º, § 2º, inciso VIII).

A Política também enumera outras maneiras de captação de recursos, e reafirma a possibilidade de captação de recursos privados, por meio de parcerias com órgãos e instituições e de articulações políticas com agências de desenvolvimento.

Como ações políticas que devem ser consideradas para o fortalecimento da Extensão Universitária, o documento cita:

- A normatização da Extensão em universidades públicas, com a definição clara de processos para aprovação, financiamento, execução e avaliação das atividades;
- A articulação da Extensão Universitária com políticas públicas, movimentos sociais e com os setores produtivos;
- O apoio à democratização do acesso ao ensino superior, citando iniciativas como cursos preparatórios para o vestibular e reforçando a importância de bolsas de Extensão para que alunos com menor renda possam se dedicar a essas atividades.

Já no capítulo sobre a Universalização da Extensão, a curricularização é vista como um passo fundamental. Porém, não basta apenas inseri-la nos currículos, mas sim fazer isso de forma criativa e flexível, entendendo a prática como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento. A Política ainda afirma que, preferencialmente, as discussões sobre a inclusão dessas atividades devem ser mediadas pelo MEC, a fim de tornar a implantação mais uniforme no país.

O documento ainda traz dimensões sobre o sistema de monitoramento e avaliação da Extensão Universitária e uma agenda estratégica com ações necessárias ao desenho e redefinições nas políticas públicas de apoio e fomento de ações acadêmicas de Extensão, que não serão abordados nesse trabalho.

### **2.2.2 Plano Nacional de Educação**

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da lei nº 13.005/2014 com vigência de dez anos, definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas durante sua vigência. A lei também reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”.

Entre as diretrizes do PNE, cabe destacar a erradicação do analfabetismo, a universalização e melhoria do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a formação para o trabalho e para a cidadania e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Diretrizes essas que estão alinhadas com a prática da Extensão Universitária.

A meta 12 do PNE é relacionada ao acesso e qualidade da educação superior e a estratégia 12.7 tem como objetivo:

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

Segundo o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação elaborado em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o andamento do Plano Nacional de Educação se encontra ameaçado, com apenas 1 das 20 metas cumpridas, e inclusive com retrocesso em metas relacionados ao ensino integral e com gastos na educação. A fim de assegurar o cumprimento da meta 12.7, os fóruns de pró reitores obtiveram a aprovação da Resolução nº 7 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação que prevê a atividade de extensão como obrigatória no currículo dos cursos de graduação das IES do país, através do seu artigo quarto:

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

A resolução também retoma vários conceitos presentes na Política de Extensão Universitária, reforça a importância do registro e avaliação crítica das atividades de E.U. pelas IES e classifica as atividades extensionistas em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

O atual prazo para implantação da nova carga horária mínima de extensão está disposto no parecer nº 498/2020 do Conselho Nacional de Educação e tem como data limite 19/12/2022. O parecer também define que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) deverão ser inseridas nos currículos dos cursos de engenharia até abril de 2023, o que faz com que muitos cursos estejam pensando em ambas mudanças de maneira conjunta.

### **2.2.3 Resoluções e decisões da UFRGS**

A decisão nº 266/2012 do Conselho Universitário da UFRGS aprovou a Política de Extensão da instituição, amparada legalmente pelo Estatuto e Regimento Geral da UFRGS e considerando a Política Nacional de Extensão, a prática extensionista na universidade e suas demandas internas e externas. O texto retoma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, presente no Estatuto da UFRGS, e a importância de buscar a excelência

na sua inserção e contribuição para o desenvolvimento da sociedade. Assim, os itens que compõem a Política de Extensão da UFRGS são os seguintes:

1. Interagir com a sociedade incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;
2. Manter seu compromisso com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;
3. Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;
4. Promover atividades de extensão interinstitucionais, voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
5. Assegurar a extensão universitária como um processo acadêmico importante na formação do aluno em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
6. Promover relações multi, inter e/ou transdisciplinares de setores da Universidade e da Sociedade;
7. Ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
8. Ampliar o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país;
9. Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão devidamente registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas;
10. Buscar o financiamento da extensão com recursos provenientes de setores públicos e/ou privados.

Já a resolução nº 75/2019 elaborada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRGS, surge para definir as normas gerais para atividades de Extensão Universitária na instituição, como forma de viabilizar o exposto na Política de Extensão. O documento conceitua extensão como:

A extensão, como atividade fim da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato, que visa ao desenvolvimento mútuo e estabelece a troca de saberes, tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de comunidades na atuação da Universidade.

A universidade classifica as atividades de Extensão Universitária em quatro tipos: programas, projetos, cursos e eventos. A resolução traz critérios para a coordenação dessas atividades, a serem executadas por docentes ou técnicos da universidade e orientações em

relação a movimentações financeiras das práticas. O documento também descreve as etapas necessárias para o registro de uma atividade de Extensão Universitária no sistema da universidade, como fluxo de aprovação de uma proposta, instruções para a elaboração de relatórios e critérios para a certificação da atividade.

Apesar de ter sido aprovada após a Resolução nº 7 de dezembro de 2018 do MEC, a única menção a curricularização a extensão no documento é feita no artigo 37:

O registro de créditos de extensão para fins de integralização curricular será objeto de resolução específica do CEPE.

Atualmente, um parecer específico para a inclusão de atividades de extensão na composição dos currículos de graduação da UFRGS está em fase de aprovação no CEPE. Apesar de ainda não ser um documento oficial, a minuta permite entender os prováveis rumos da curricularização da universidade e os principais desafios relacionadas a ela. O texto da resolução está em discussão através de processo na universidade desde dezembro de 2019.

Segundo o documento, as atividades de Extensão Universitária devem possuir caráter acadêmico e contribuir para a formação técnica, profissional e cidadã dos egressos dos cursos de graduação da UFRGS, e essas contribuições deverão estar caracterizadas nos Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs). As mudanças no projeto ficarão a cargo da Comissão de Graduação (COMGRAD) de cada curso, com a consulta ao Núcleo Docente Estruturante (composto por docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso), que terão um prazo de doze meses para promover as alterações necessárias para implantação da resolução, já atendendo às novas diretrizes curriculares. Um ponto importante, do ponto de vista dos discentes e desafiador para as COMGRADs é que o texto cita que essas alterações deverão ocorrer, preferencialmente, sem o aumento da carga horária curricular do curso.

Os discentes poderão participar, para fins de curricularização, de três modalidades de atividades de extensão: como equipe executora em programas, projetos, cursos ou eventos de extensão registrados na Universidade, obtendo aprovação em atividades de ensino que possuam componente curricular de extensão em sua carga horária ou como equipe executora de atividades promovidas por outras instituições federais de ensino superior. Nessa última modalidade, o mérito das atividades poderá ser avaliado pelas Comissões de Extensão antes de sua certificação. Cabe ressaltar que, apesar da inclusão de carga horária de extensão em

atividades de ensino já ocorrer em outras instituições de ensino superior do país, como mostrados nos guias de curricularização da UFRJ, UFPEL e UFOP, a estratégia 12.7 do PNE cita apenas programas e projetos de extensão como forma de assegurar a carga horária mínima.

A contabilização das horas de atividades de extensão se dará de duas maneiras: através de Unidades Curriculares de Extensão (UCE) e da Carga Horária de componente curricular de Extensão (CHE), ambas ficarão relacionadas no histórico do discente. As Unidades Curriculares de Extensão registrarão a participação do aluno na equipe executora de atividades promovidas pela UFRGS ou outras instituições federais, já a Carga Horária de componente curricular de Extensão corresponde às práticas de extensão realizadas através de uma atividade de ensino.

Além das atividades recomendadas e certificadas por cada COMGRAD, como parte do Projeto Pedagógico do curso, o aluno também terá um percentual da carga horária para a escolha autônoma de atividades de extensão do seu interesse, esse número seria de, no mínimo, 20% da carga de atividades de extensão, mas essa exigência ainda está em discussão. O estudante poderá, de acordo com cada COMGRAD, aproveitar a carga horária de atividades executadas antes do seu vínculo com a Universidade e, para os estudantes já matriculados no momento da entrada em vigor do registro das horas nos históricos, será exigida para a colação de grau uma quantidade de horas inversamente proporcional ao percentual de créditos já integralizados.

### 2.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DO BRASIL

Apesar de atualmente ter sua vigência estabelecida a partir de dezembro de 2022 para os cursos de graduação em engenharia do país, o objetivo de assegurar 10% da carga horária total de um curso em atividades de extensão surgiu pela primeira vez ainda em 2001 na meta 23 do Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001). Assim, algumas universidades do país já executaram mudanças curriculares e publicaram suas resoluções necessárias para a curricularização da extensão. As instituições pioneiras no país foram a UFBA e a UFRJ, que publicaram resoluções para regulamentar o registro e a inclusão das atividades de Extensão Universitária nos currículos anteriores a 2014. Nesse tópico serão exploradas as formas de creditação, registro, avaliação das atividades de Extensão Universitária e outras diretrizes internas da UFRJ, UFOP e UFPEL e avaliadas semelhanças e diferenças entre as próprias instituições e entre a resolução em fase de aprovação da UFRGS.

Para essa análise foram avaliados o Guia de Creditação da Extensão da UFRJ (2015), o Guia de Curricularização da Extensão da UFOP (2020, atualizado em 2021) e o Guia de Integralização da Extensão da UFPEL (2019), bem como as resoluções que regulamentam as práticas extensionistas de cada uma das instituições. O ponto de partida comum que serve de referência para os três documentos é a conceitualização da Extensão Universitária e as diretrizes que guiam as atividades elaboradas pelo FORPROEX.

Como na UFRGS, a curricularização da Extensão acontece basicamente de duas maneiras nas instituições estudadas: através da participação do aluno em atividades de extensão registradas ou em disciplinas que contém carga horária extensionista. O Guia da UFPEL aponta algumas vantagens e desvantagens de cada uma das formas, ao escolher de quais atividades de extensão participar o aluno ganha mais autonomia e flexibilidade para seu currículo, o que não acontece com as atividades inseridas em disciplinas obrigatórias do curso. Dessa forma o aluno também pode participar de atividades oferecidas por outras unidades da universidade e até de outras instituições nos mais variados locais e horários, mas é necessário que exista um cuidado com a contabilização de atividades de outras instituições, a fim de garantir que o caráter extensionista esteja presente. Já a modalidade na qual as disciplinas incorporam a prática no seu plano de ensino tem a vantagem de não aumentar a carga horária total do curso, e pode atingir um número maior de alunos (sendo eletivas) ou a sua totalidade (no caso de disciplinas

obrigatórias). Por sua vez, provocam mudanças maiores nos projetos pedagógicos dos cursos e nos planos de ensino das disciplinas. Ainda segundo o Guia da UFPEL, o ideal é que seja buscado um equilíbrio entre as duas modalidades.

Apenas a UFPEL permite que estágios sejam contabilizados como extensão, admitindo até um terço da carga horária de estágios obrigatórios, desde que a atividade atenda às diretrizes da extensão. Para a UFOP e de acordo com a Lei nº 11.788/2008 o estágio é uma atividade supervisionada de ensino, não podendo então, ser considerado extensão. Porém, tanto a UFOP quanto a UFRJ permitem que no mesmo local dos estágios sejam desenvolvidas atividades de extensão.

As formas de classificação das atividades de extensão, assim como o conceito utilizado em cada instituição, também seguem os princípios da Política Nacional de Extensão Universitária, mas apresentam algumas diferenças entre as universidades estudadas. Na Tabela 1 é possível ver a maneira como as atividades são classificadas por cada instituição.

Tabela 1 - Formas de classificação as atividades de extensão

<b>Instituição</b>	<b>Classificação utilizada</b>
UFRJ	Programa, projeto, evento e curso
UFOP	Programa, projeto, evento, curso e prestação institucional de serviços
UFPEL	Programa, projeto e ação
UFRGS	Programa, projeto, evento e curso

Fonte: elaborado pela autora.

Destaca se a classificação da UFOP de atividades como Prestação institucional de serviços, que segundo a instituição:

refere-se ao estudo e à solução de problemas dos meios profissional ou social -com a participação orientada de estudantes-; ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa; bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade.

Já para a UFPEL, ações se referem a menor unidade de execução de um projeto de extensão e têm significado semelhante às denominações de eventos e cursos, adotadas por outras instituições.

Nas três universidade estudadas, as alterações necessárias dos projetos pedagógicos dos cursos ficam sob responsabilidade de cada unidade, com um prazo limite estabelecido pelas

resoluções das instituições. Mas é possível notar que os Guias se preocupam em oferecer os subsídios necessários para que as unidades possam planejar e executar as mudanças, trazendo respostas para as “dúvidas frequentes” dos discentes e docentes, detalhando seus sistemas de registro de atividades de extensão e definindo responsabilidades para as etapas da curricularização. O guia da UFRJ traz um passo a passo detalhado para a inclusão da Extensão Universitária nos currículos dos cursos, que não se limita apenas às questões burocráticas. Cada instituição tem seu próprio sistema de registro de atividades de extensão, que contempla as etapas de aprovação, acompanhamento e avaliação.

Como forma de evitar o aumento da carga horária total do curso para a curricularização da extensão, é incentivado que as unidades observem quais atividades já existentes no currículo podem ser registradas ou até transformadas em atividades de extensão. Nesse sentido, a participação de alunos em atividades de unidades diferentes da unidade do seu curso é estimulada, o que favorece também a diretriz da interdisciplinaridade. Em relação a atividades presenciais fora dos campi das universidades, as resoluções trazem que elas devem acontecer, se obrigatórias, em turnos compatíveis com os da matrícula do aluno e para cursos à distância, na região do seu polo de apoio presencial.

Conforme as resoluções de cada instituição o prazo para implantação de 10% da carga horária em atividades de extensão era em março de 2015 na UFRJ, agosto de 2020 na UFPEL e dezembro de 2022 na UFOP. A UFRJ foi a primeira universidade brasileira a iniciar o processo de creditação. Segundo o Informe de Creditação da Extensão, elaborado pela Universidade Federal do Sul da Bahia, a Universidade Federal do Rio de Janeiro passou por diversas experiências para chegar ao atual modelo de creditação, apresentado nesse tópico, considerado bastante exitoso pela administração. Atualmente, a UFRJ instituiu o procedimento na quase totalidade de seus cursos de graduação. Já há pesquisas de avaliação do processo que apontam vários pontos positivos. No curso de Psicologia, por exemplo, podem-se atestar três fatores decorrentes da creditação: diminuição das taxas de evasão, das taxas de retenção e aumento do rendimento acadêmico. Por esses motivos, a UFRJ é referência nacional para questões relacionadas à curricularização da extensão em universidades públicas.

### **3 AVALIAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS E LIMITAÇÕES PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA ENTRE OS DISCENTES DE ENGENHARIA CIVIL**

Na sua diretriz de Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, a Política Nacional de Extensão Universitária coloca o aluno como protagonista de sua formação técnica e cidadã, ao articular ensino e extensão. O aluno deixa de apenas receber conhecimento do professor e se torna participante da condução e construção dos processos que envolvem as atividades de extensão. Assim, é fundamental que as preferências, necessidades e limitações dos estudantes sejam consideradas ao se pensar em atividades de extensão obrigatórias.

Através de um formulário, divulgado via e-mail e redes sociais dos centros acadêmicos das engenharias, foram analisadas 121 respostas de estudantes de engenharia civil incluindo questões sobre carga horária, possibilidade de deslocamento, infraestrutura para participação em atividades remotas, interesse em linhas de extensão e experiência prévia em atividades de extensão – além de campos com resposta livre para dúvidas ou sugestões sobre o tema. Essa pesquisa, intitulada “Quais atividades de extensão os alunos da Escola de Engenharia querem?” foi construída em conjunto pela Comissão de Extensão do Conselho do CEUE, professores representantes das COMGRADs e direção da Escola de Engenharia, baseada em um levantamento feito no Instituto de Física em 2020. Apesar de não serem analisadas neste trabalho, outras 373 respostas de alunos de mais 13 cursos de engenharia da UFRGS serão compartilhadas com as respectivas COMGRADs.

Segundo o Painel de Dados da UFRGS no segundo semestre de 2020 o curso de Engenharia Civil possuía 962 alunos vinculados. Considerando esse número e o total de respondentes da pesquisa, através do Teorema do Limite Central é possível se chegar a um intervalo de confiança de 90% e uma margem de erro de 7,0% para as proporções obtidas nessa pesquisa. Observando a distribuição dos alunos respondentes entre os semestres do curso na Tabela 2 é possível perceber que foram atingidos alunos de todas etapas, principalmente do início do curso, para os quais houve maior divulgação da pesquisa, já que esses serão os principais impactados pelas mudanças curriculares.

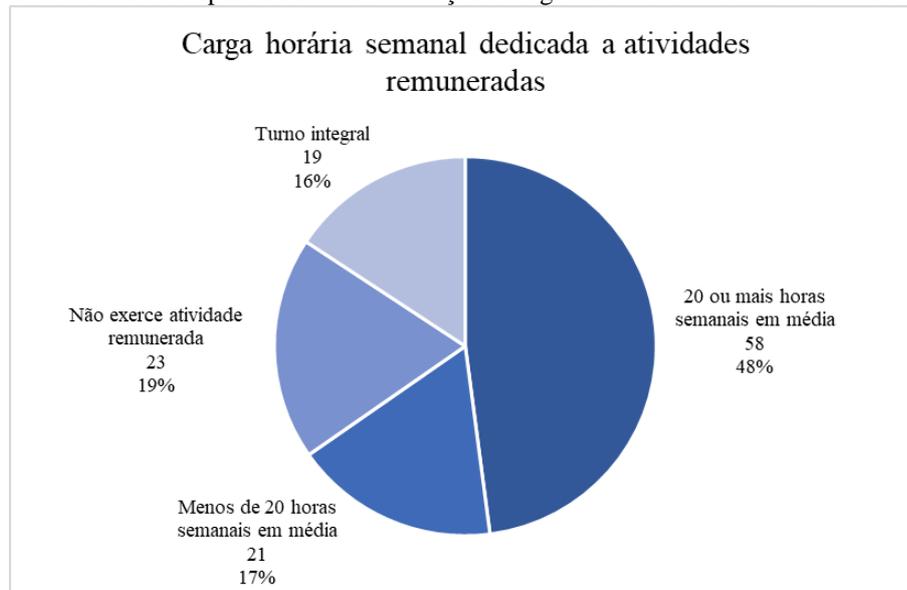
Tabela 2 - Etapas dos alunos respondentes.

<b>Etapa do curso</b>	<b>Número de respondentes</b>
1º semestre	20
2º semestre	10
3º semestre	15
4º semestre	9
5º semestre	10
6º semestre	11
7º semestre	12
8º semestre	7
9º semestre	11
10º semestre	16

Fonte: elaborado pela autora.

A maioria dos estudantes que responderam o formulário realiza as disciplinas nos turnos da manhã e tarde, o que coincide com a maior oferta de vagas no curso e cerca de 81% exerce alguma atividade remunerada além dos horários das disciplinas, sendo metade desses (45 alunos) estagiários. A Figura 1 mostra a carga horária semanal dedicada pelos alunos a essas atividades.

Figura 1 - Percentuais de respostas obtidas em relação à carga horária dedicada a atividades remuneradas

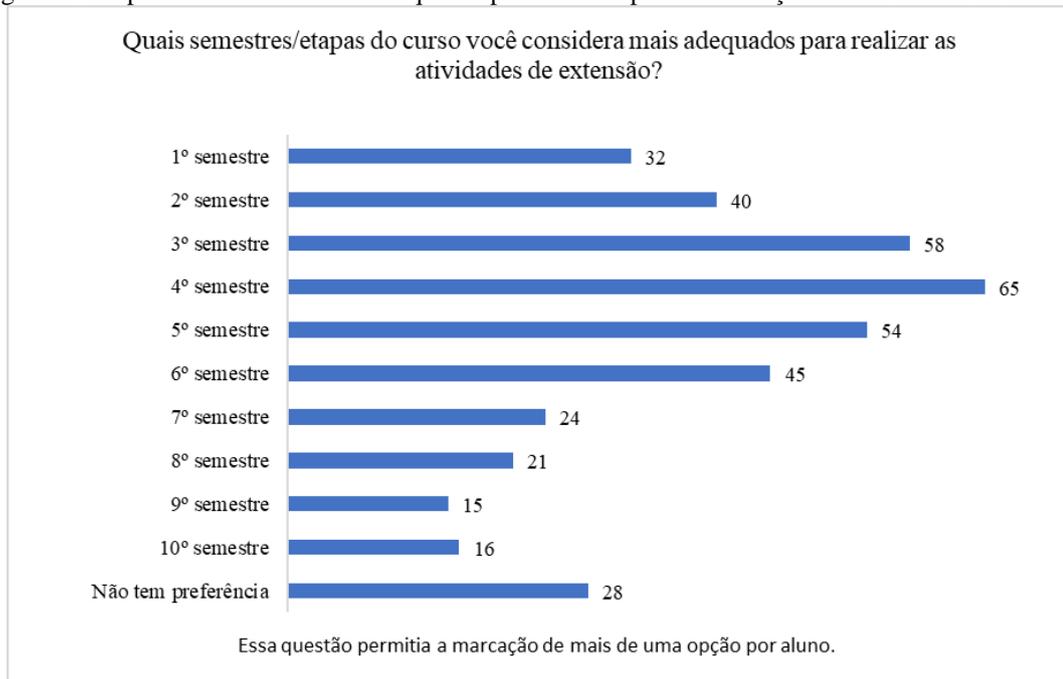


Fonte: elaborado pela autora.

A preocupação em relação ao aumento da carga horária de curso com a curricularização da extensão surgiu em 7 das 10 respostas não obrigatórias de texto livre do formulário. Essa apreensão encontra fundamento ao analisarmos que os alunos do curso demoram em média 14 semestres para se formar, mais que os dez semestres aconselhados pela universidade, o que é ocasionado pela elevada carga horária do curso e ofertas de disciplinas em turno integral, que colidem com outras atividades do aluno, como estágios e bolsas, por exemplo.

Ao serem questionados quais semestres consideravam mais adequados para realizar as atividades, os alunos demonstraram preferência entre o terceiro e sexto semestres, conforme mostra a Figura 2. Esses semestres, apesar de concentrarem quase metade dos créditos obrigatórios do curso, geralmente são períodos nos quais os alunos participam de atividades dentro da própria universidade, como bolsas de iniciação científica ou até mesmo de extensão. As últimas etapas do curso foram evitadas porque geralmente é nelas que o aluno se dedica à realização de estágios.

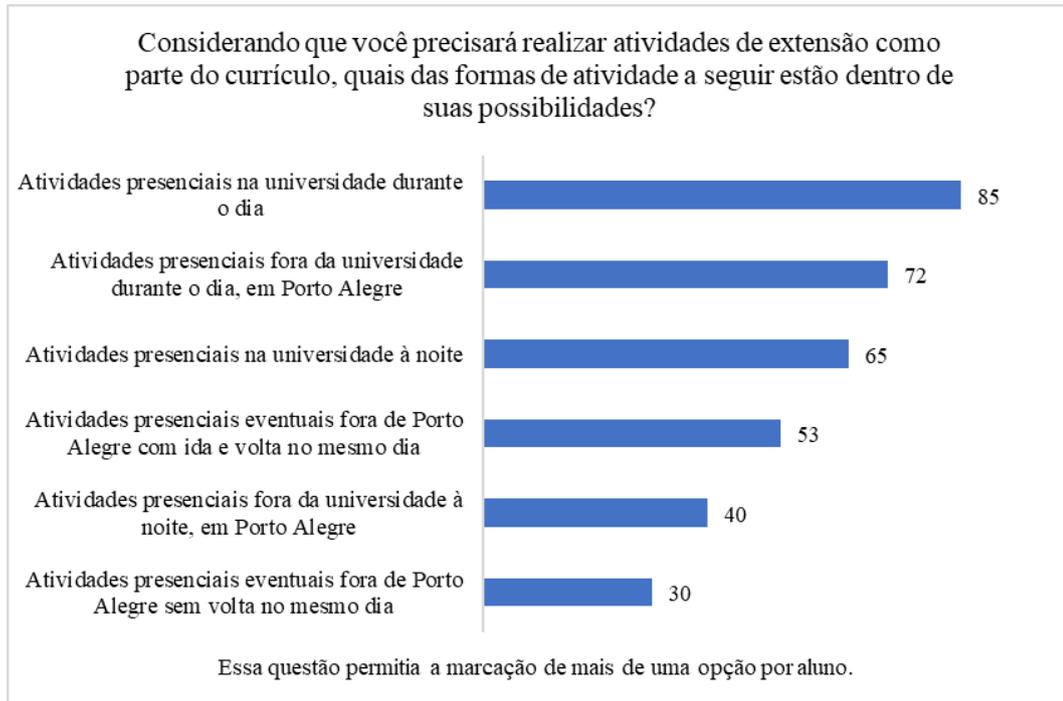
Figura 2 - Etapas consideradas mais adequadas pelos alunos para a realização das atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

A Política Nacional de Extensão Universitária também incentiva que o estudante tenha vivências fora dos limites da sala de aula, por isso, os alunos foram questionados sobre suas possibilidades de deslocamento além dos campi da UFRGS e em relação a custos e carga horária ocasionados por isso. Apesar da preferência por atividades presenciais na universidade durante o dia, os alunos também se mostraram dispostos a realizar extensão fora da universidade em práticas diurnas na cidade de Porto Alegre e a se deslocar à noite para a UFRGS, se necessário. A Figura 3 traz a análise completa das respostas dessa questão, e mostra que uma minoria dos alunos consegue passar mais de um dia fora da cidade.

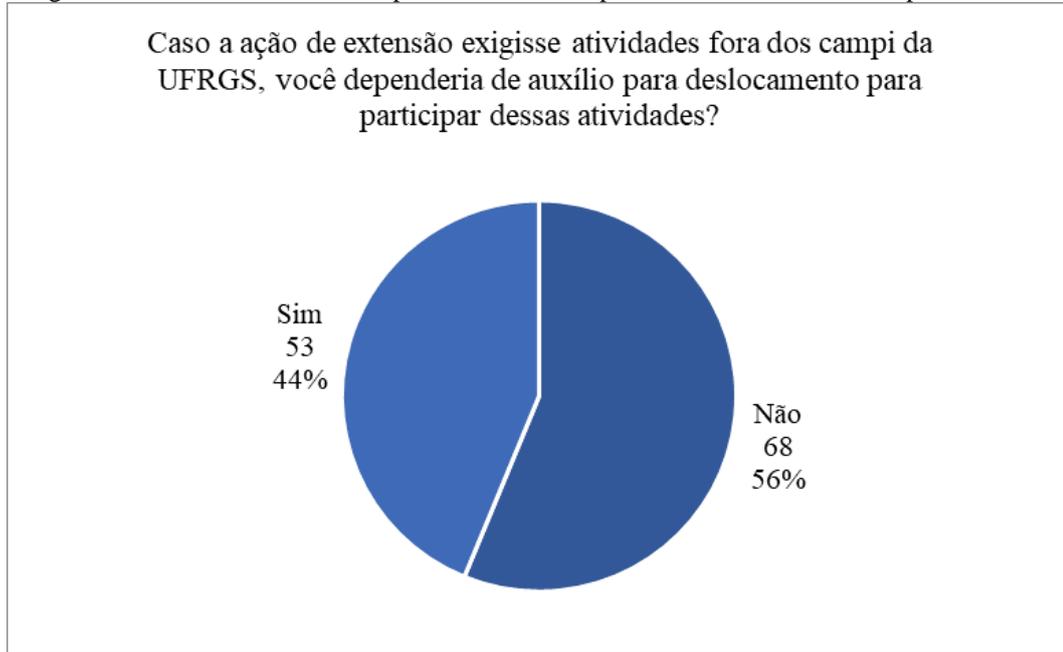
Figura 3 - Possibilidades de locais para a prática de atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

Novamente segundo o Painel de Dados da UFRGS, no segundo semestre de 2019 – último semestre de aulas presenciais antes da pandemia do COVID-19, o curso de Engenharia Civil possuía 111 alunos participantes do Programa de Benefícios da PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) e 105 alunos que recebiam auxílio transporte. Esses auxílios são fornecidos a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de contribuir para sua permanência e conclusão na graduação. O auxílio transporte é limitado ao valor equivalente de cinquenta passagens escolares de Porto Alegre, independente da região ou dos campi que o aluno realiza disciplinas, assim, é importante que os custos extras de deslocamento para atividades de extensão sejam subsidiados pela universidade ao menos para esses alunos, para que isso não se torne um fator que prejudique ainda mais a permanência e a frequência desses estudantes na universidade. De acordo com a Figura 4 um pouco menos da metade dos alunos respondentes, cerca de 44%, precisaria de auxílio financeiro para se deslocar para outros lugares além da universidade.

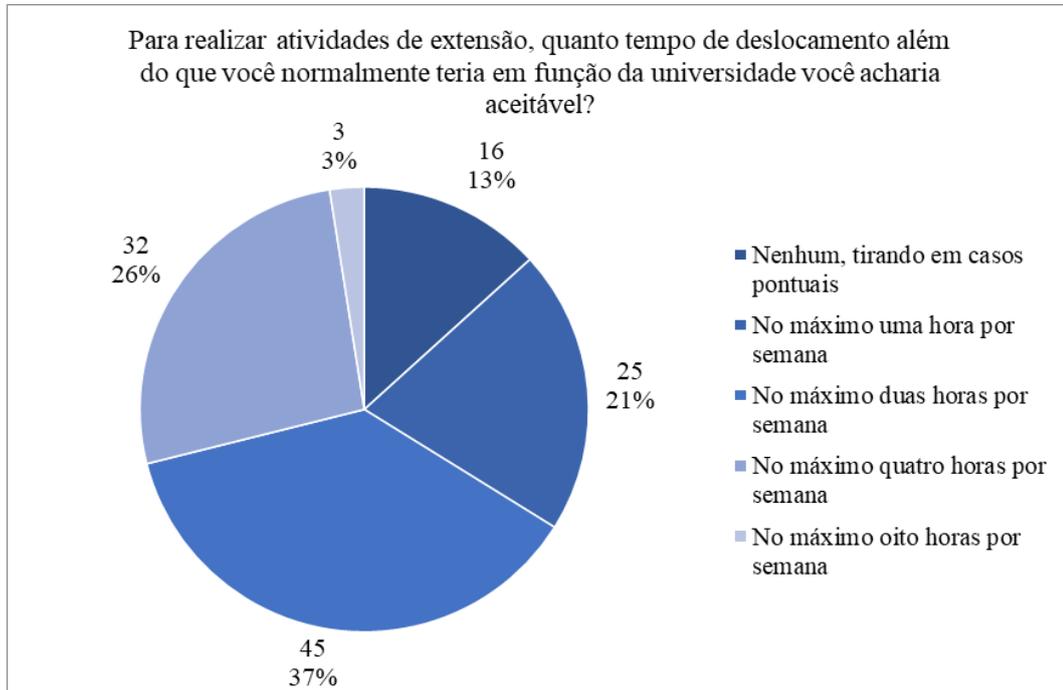
Figura 4 - Necessidade de auxílio para deslocamento para atividades fora dos campi da UFRGS



Fonte: elaborado pela autora.

O curso de Engenharia Civil da UFRGS possui aulas em dois campi distintos da Universidade, o Campus Centro e o Campus do Vale, afastados entre si por cerca de quarenta minutos caso o aluno esteja utilizando transporte coletivo. Muitas vezes o deslocamento entre essas unidades se faz necessário no intervalo de aulas em um mesmo turno, por isso é importante considerar o tempo que o aluno tem disponível para a condução a atividades de Extensão Universitária em outros locais. A maioria dos alunos (37%) consideraria aceitável um deslocamento de até duas horas por semana e cerca de um quarto (26%) estaria confortável se esse tempo fosse de até quatro horas, como mostrado na Figura 5.

Figura 5 - Tempo considerado aceitável para deslocamento



Fonte: elaborado pela autora.

Para entender os tipos de atividades de interesse dos alunos foram feitas quatro perguntas objetivas. A primeira, perguntava por quais de 21 linhas de atividades de extensão o aluno tinha mais interesse, permitindo que ele selecionasse até cinco opções. As alternativas foram selecionadas, com base na afinidade com os cursos da Escola de Engenharia, dentre as 53 linhas de extensão do site da PROEXT (Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS), que seguem a mesma classificação e definição determinadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. A Tabela 3 mostra as linhas de Extensão Universitária disponíveis no formulário ordenadas conforme interesse dos alunos. A tabela completa com as 53 linhas de extensão e suas formas de operacionalização mais frequentes pode ser consultada no Anexo 1.

Tabela 3 - Interesse dos alunos pelas linhas de extensão

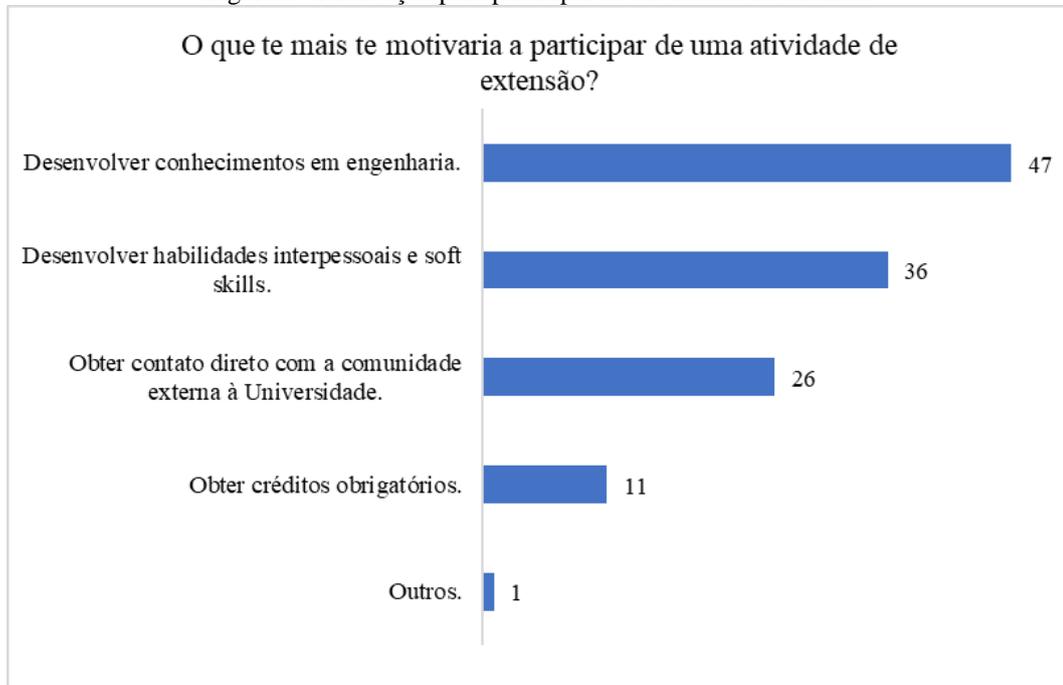
<b>Linha de extensão</b>	<b>Quantidade de alunos interessados</b>	<b>Percentual de alunos interessados</b>
Desenvolvimento urbano	57	47%
Inovação tecnológica	54	45%
Desenvolvimento tecnológico	54	45%
Questões ambientais	42	35%
Empreendedorismo	41	34%
Desenvolvimento regional	35	29%
Educação profissional	29	24%
Espaços de ciência	29	24%
Gestão do trabalho	22	18%
Grupos sociais vulneráveis	22	18%
Resíduos sólidos	20	17%
Recursos hídricos	19	16%
Tecnologia da informação	18	15%
Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	18	15%
Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	18	15%
Emprego e renda	16	13%
Gestão institucional	15	12%
Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem	9	7%
Saúde e proteção no trabalho	8	7%
Pessoas com deficiências	8	7%
Desenvolvimento rural e questão agrária	3	2%

Fonte: elaborado pela autora.

As cinco linhas pelas quais os alunos demonstraram mais interesse (Desenvolvimento Urbano, Inovação Tecnológica, Desenvolvimento Tecnológico, Questões Ambientais e Empreendedorismo) possuem um grande potencial de aplicação para áreas do curso de Engenharia Civil, o que vai ao encontro das respostas dadas para a principal motivação do aluno para realizar atividades de extensão. Conforme a Figura 6, a principal motivação para realizar atividades de Extensão Universitária para quase 40% dos estudantes é desenvolver seus

conhecimentos em engenharia – o que reforça o papel formativo que essas práticas devem possuir.

Figura 6 - Motivação para participar de atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem questionados se já participaram ou participariam de atividades de extensão ativas mencionadas no formulário, as atividades mais escolhidas foram o grupo Engenheiros Sem Fronteiras e empresas juniores. Cabe destacar que as atividades mencionadas fazem parte do que seria a carga horária de Unidades Curriculares de Extensão, porém atualmente a maioria dessas ações não estão registradas no Portal de Extensão da UFRGS, o que seria um impeditivo para sua contabilização como componente curricular. A Tabela 4 mostra a quantidade de vezes que cada atividade foi selecionada no questionário e o status do seu vínculo com a Universidade, obtido através do contato com membros das atividades ou da lista de atividades de extensão ativas registradas no Portal de Extensão.

Tabela 4 - Atividades próximas à Escola de Engenharia que os alunos já fizeram ou gostariam de fazer parte e o status de seu registro na Universidade

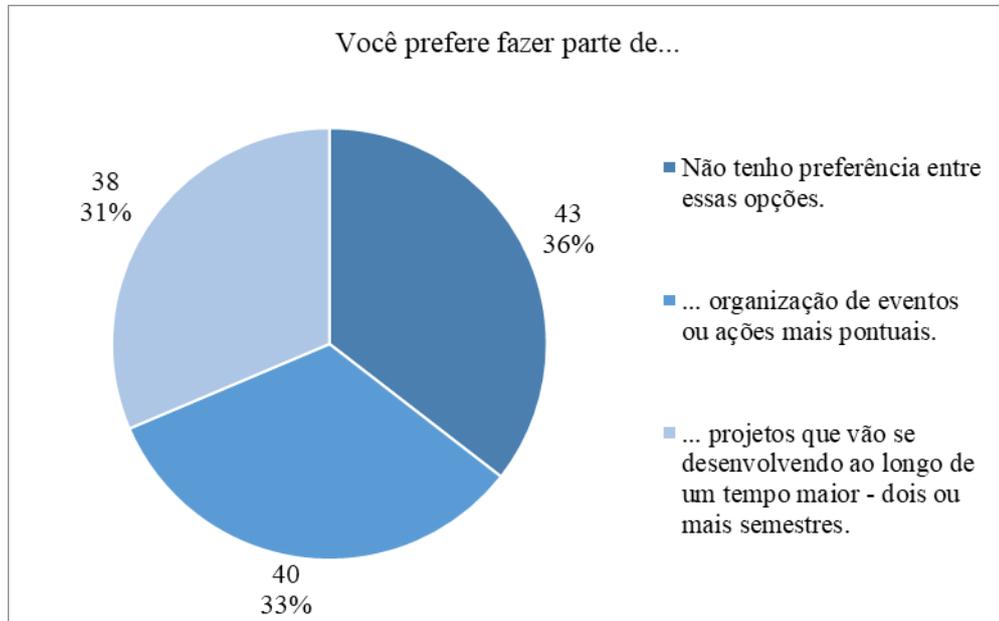
<b>Atividade</b>	<b>Quantidade de alunos que participaram ou participariam</b>	<b>Atividade ativa registrada no Portal da Universidade?</b>
Engenheiros Sem Fronteiras	53	Não
Empresas Juniores	51	Apenas a Empresa Júnior da Engenharia de Alimentos
Feira de Oportunidades	25	Sim
Meninas na Ciência	22	Sim
Enactus	14	Sim
PreparaEng	13	Sim
Projeto Rondon	13	Sim
Equipes para competições	9	Algumas equipes
PET	6	Alguns grupos e atividades executadas por eles
Centro Acadêmico	3	Algumas atividades executadas pelos centros acadêmicos
Sistema de Apoio ao Saneamento Básico (SASB)	1	Sim
Desafio de Calouros da Escola de Engenharia	1	Não
AcelerEA	1	Sim
Iniciação Científica	1	Não é atividade de extensão
CEUE Pré-Vestibular	1	Não
Educar para prevenir	1	Não
AjudAAEE	1	Não
NUITRAN	1	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Por último, para que atividades de Extensão Universitária promovam a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, é importante analisar a duração dessas práticas. Muitas vezes para a criação de um vínculo com o público alvo e execução das etapas de um projeto de E.U. é preciso mais tempo do que um semestre, como atualmente são divididos os cursos da Escola de Engenharia e que guiam os cronogramas das disciplinas. A Figura 7 mostra que não há consenso para a preferência dos alunos pelo tempo

de execução dessas atividades: cerca de um terço não tem preferência sobre a duração e o restante se divide quase que igualmente entre atividades mais pontuais e mais longas.

Figura 7 - Preferência pelo tempo de desenvolvimento das atividades



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar da análise das respostas ter se limitado aos estudantes de Engenharia Civil nesse trabalho, parte dos resultados apresentados se mostra válido também para todo grupo de alunos respondentes da Escola de Engenharia. Entre eles, o desenvolvimento de conhecimentos em engenharia como principal motivação para participar de atividades de extensão, o grande interesse por desenvolvimento tecnológico e inovação e a preocupação com um possível aumento da carga horário de curso.

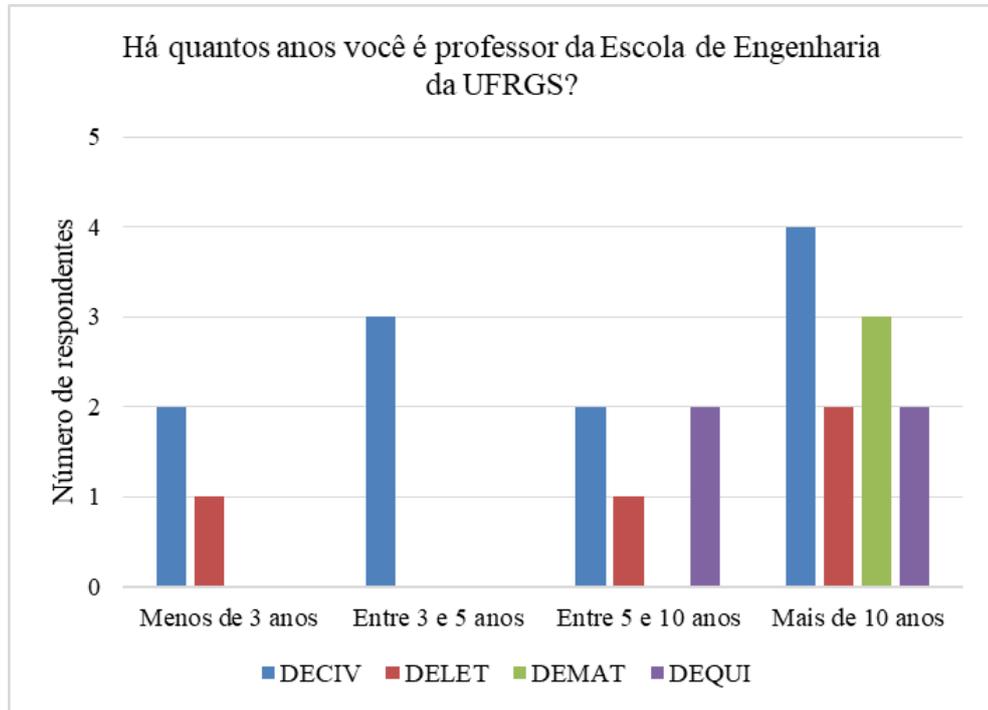
#### **4 ANÁLISE DO CONHECIMENTO E INTERESSE EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO PELO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE ENGENHARIA**

Uma preocupação que acompanha a curricularização da extensão é saber se existe um corpo docente interessado e capacitado para coordenar essas atividades. Historicamente, a extensão é o eixo do tríade acadêmica que menos recebe recursos financeiros e que, como mostrado no referencial teórico, ainda vem conquistando seu espaço dentro das instituições que até então direcionavam seus olhares para o ensino e pesquisa. Para mapear o conhecimento, experiências anteriores e interesse em coordenar ações de extensão, foi realizada uma pesquisa através de um formulário enviado por e-mail aos professores dos departamentos da Escola de Engenharia, de uma maneira similar com a realizada com os discentes. A pesquisa “Conhecimento e interesse em atividades de extensão pelo corpo docente da EE” foi elaborada pela autora desse trabalho com o auxílio de seus orientadores.

A Escola de Engenharia da UFRGS é composta por nove departamentos, e essa será a divisão utilizada para análise dos docentes, já que o professor de um departamento pode dar aulas para mais de um curso. Serão apresentados individualmente os resultados dos departamentos que tiveram um percentual de respostas maior que 15% - entendendo que esse é um número que pode ser representativo. Assim, DECIV (22%), DELET (16%), DEQUI (15%) e DEMAT (15%) terão seus resultados detalhados neste capítulo.

O DECIV apresentou entre suas 11 respostas, a do único professor substituto da pesquisa e foi o grupo de professores com menos tempo na Escola de Engenharia, cinco deles tinham até cinco anos na função. Já no DEMAT, todos os professores atuam há mais de dez anos na EE – conforme pode ser observado na Figura 8.

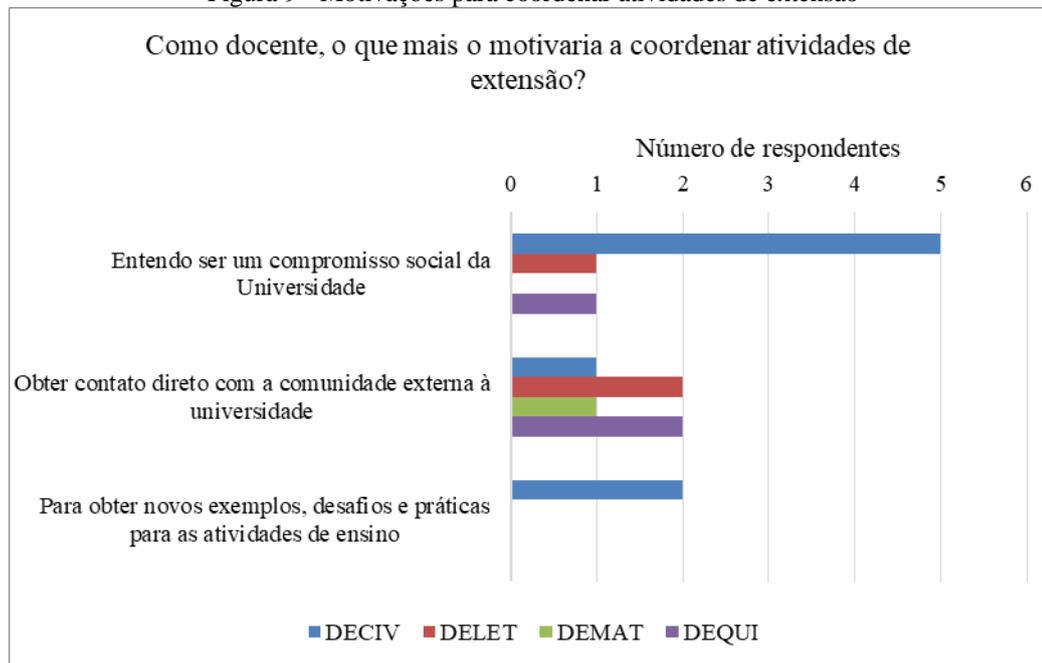
Figura 8 – Tempo de docência dos professores na EE



Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados o que mais os motivaria a coordenar atividades de extensão e qual acreditavam ser o maior desafio para a curricularização, foi possível notar que os cursos possuem motivações e preocupações diferentes, conforme a Figura 9. Para o Departamento de Engenharia Civil a principal motivação foi o entendimento de que a Extensão é um compromisso social da universidade; já os docentes dos Departamentos de Engenharia Elétrica, Materiais e Química tinham mais interesse em obter contato com a comunidade externa à universidade.

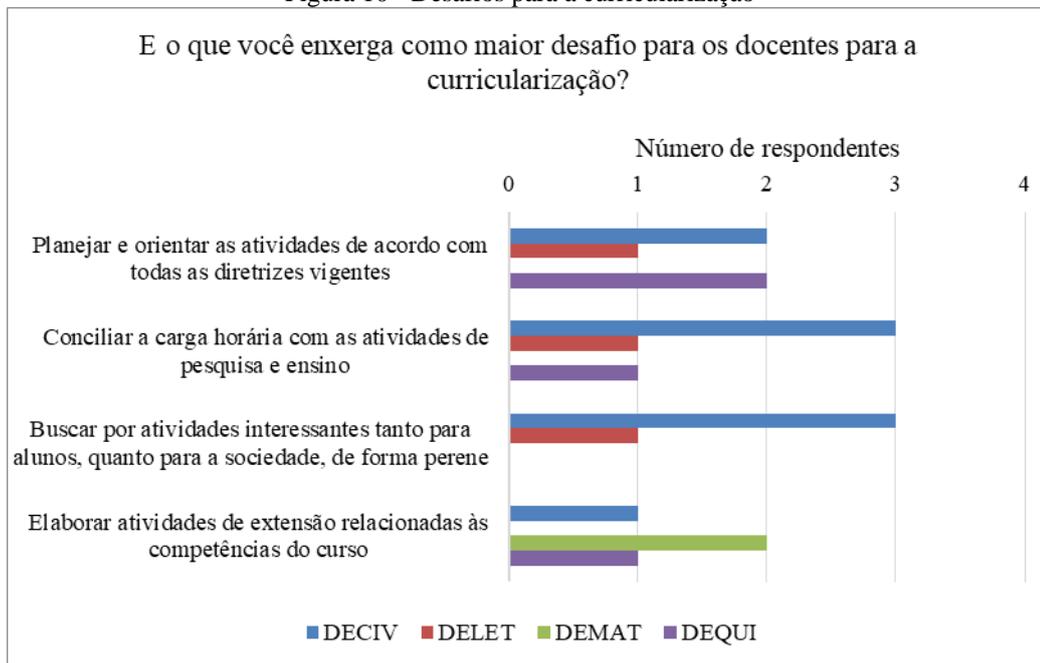
Figura 9 - Motivações para coordenar atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

Para os docentes do DEMAT, o maior desafio para a curricularização da Extensão é elaborar atividades que tenham relação com as competências dos seus cursos, preocupação que não aparece para os professores do DELET e apenas para um professor do DECIV. Os docentes que integram o DECIV, DELET e DEQUI veem como maiores desafios a elaboração de atividades de acordo com todas as diretrizes e a conciliação da sua carga horária com outras atividades da tríade universitária, como mostra a Figura 10. Para melhor visualização dos resultados, as Figura 9 e 10 mostram apenas as alternativas selecionadas por mais de um docente dos departamentos analisados.

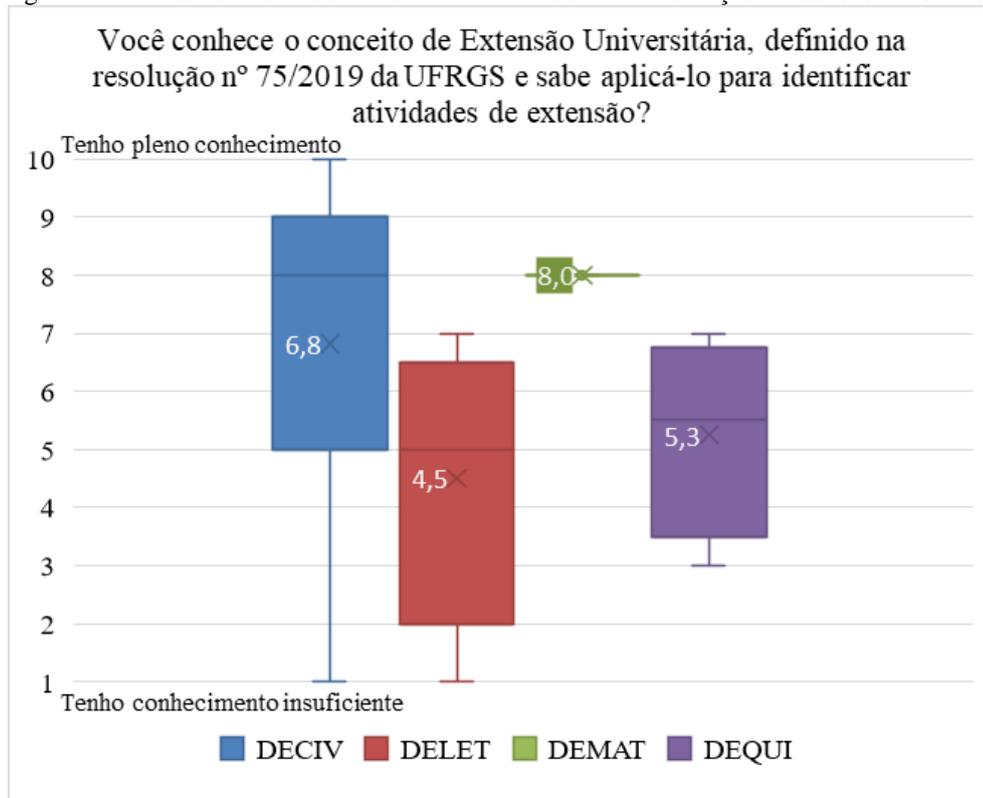
Figura 10 - Desafios para a curricularização



Fonte: elaborado pela autora.

A avaliação do conhecimento dos professores sobre as resoluções e diretrizes que guiam a prática extensionista a nível nacional e na universidade foi realizada através de uma autoavaliação dos docentes, que apontavam em uma escala de 1 a 10 como consideravam seu conhecimento sobre determinado tema. Em relação à resolução nº 75/2019 que define normas gerais para atividades de Extensão Universitária na UFRGS, os docentes do DEMAT afirmaram ter um maior conhecimento, com uma média de 8,0, seguidos pelos docentes do DECIV, com uma média de 6,8. A Figura 11 mostra a média aritmética simples, quartis e valores mínimos e máximos obtidos nas respostas, cabe destacar que, por mais que representem 15% dos docentes do DEMAT, o número de respondentes do Departamento é pequeno, de apenas três professores, o que pode afetar algumas análises desse grupo.

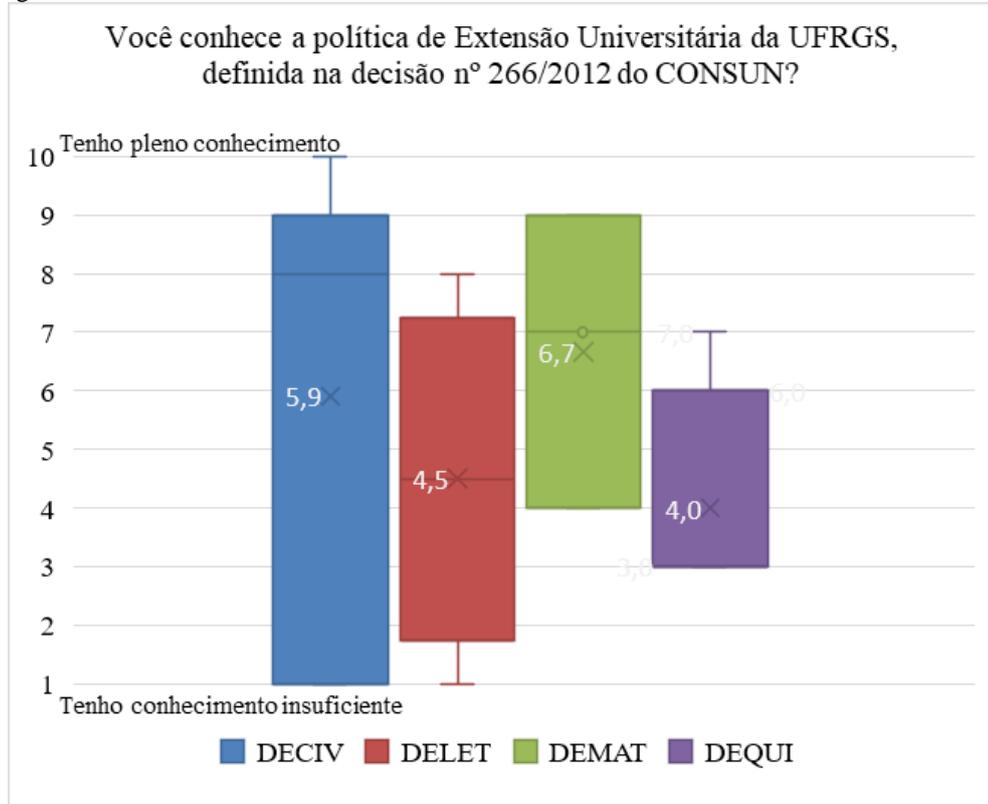
Figura 11 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre a resolução nº 75/2019 da UFRGS



Fonte: elaborado pela autora.

A variação da resposta sobre o conhecimento da decisão 266/2012 do CONSUN, que aprovou a Política de Extensão da universidade, apresentou uma variação maior nas respostas entre docentes dos mesmos departamentos. Analisando a média, conforme a Figura 12, o DEMAT novamente surge como o departamento com maior média, com 6,7, seguido pelo DECIV, com 5,9. Especialmente para essa questão a média simples pode não ser a melhor representação entre os docentes do DECIV, já que dos onze respondentes, quatro atribuíram nota 1 para essa questão e outros cinco, notas entre 9 e 10.

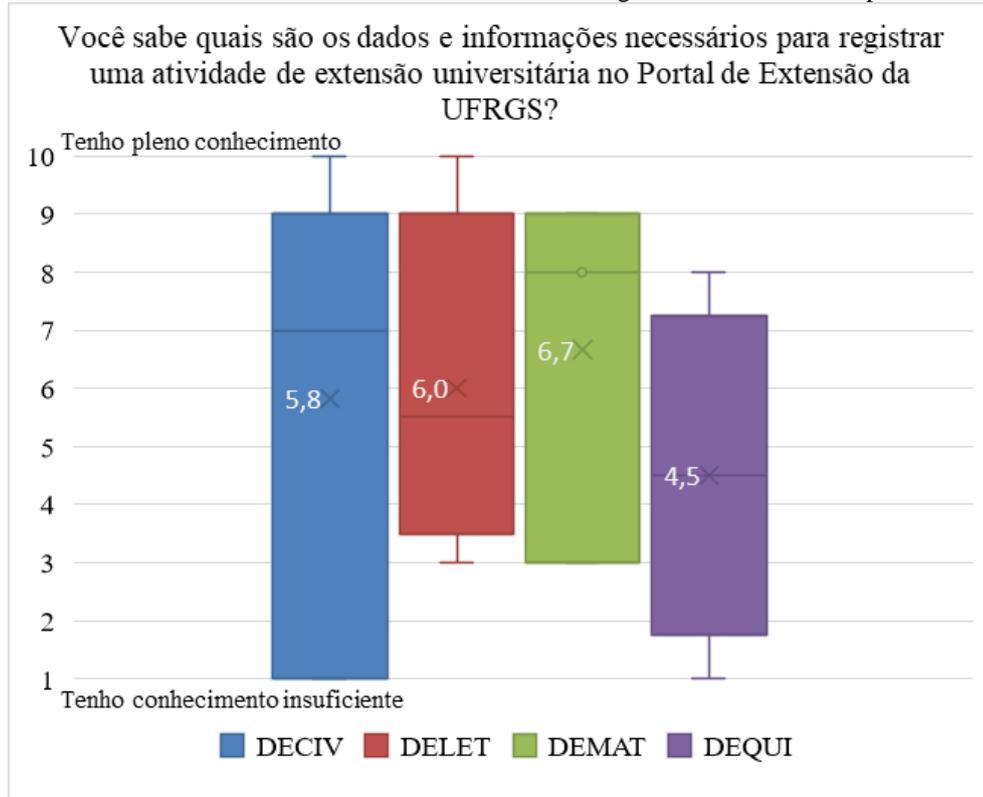
Figura 12 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre a decisão nº 266/2012 do CONSUN



Fonte: elaborado pela autora.

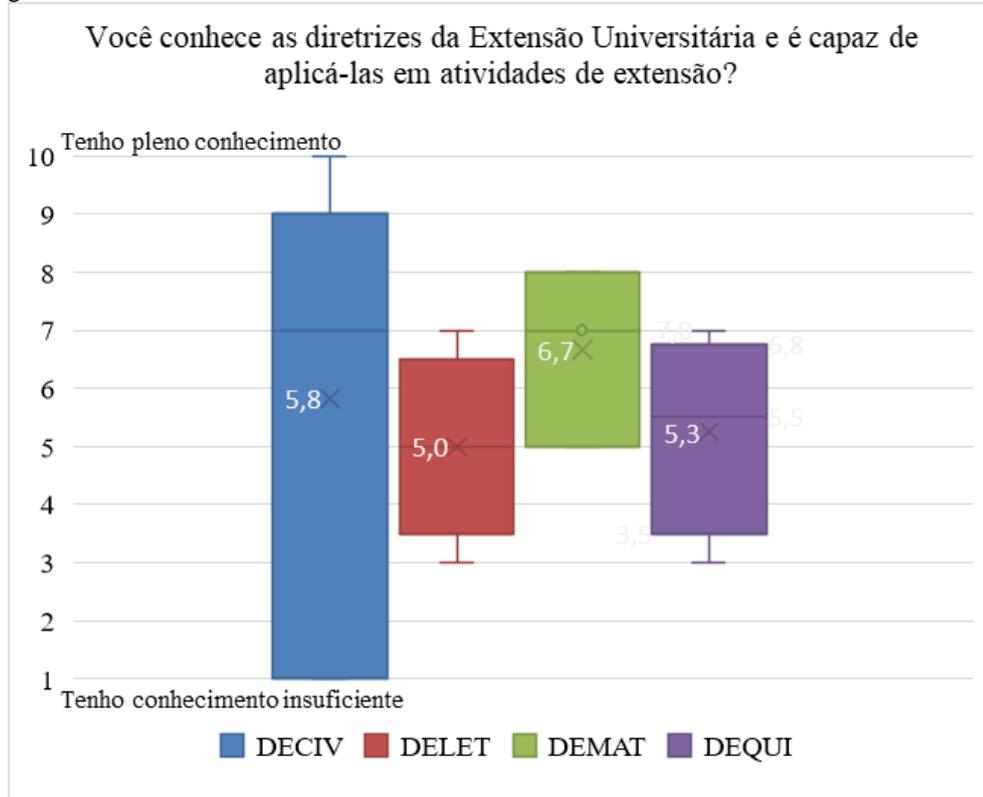
O conhecimento sobre como registrar atividades de extensão no portal da universidade, uma etapa fundamental para a curricularização de atividades, também apresentou grande variação nos resultados, como ilustrado na Figura 13. Avaliando as médias, DEMAT, DELET e DECIV ficaram próximos nessa temática, variando de 6,7 a 5,8, respectivamente, tendo o DEQUI apresentado uma média inferior, de 4,5.

Figura 13 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre o registro de atividades no portal de extensão



As cinco diretrizes apresentadas na Política Nacional de Extensão Universitária devem orientar a formulação e implementação das ações de E.U., apenas os títulos de cada diretriz (Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social) foram apresentados no formulário antes de questionar aos docentes o conhecimento e a capacidade de aplicação dessas diretrizes por eles. Os quatro departamentos analisados possuem valores médios próximos, variando entre 6,7 para o DEMAT e 5,0 para o DELET. Novamente, o que chama atenção é a variação das respostas dadas pelos docentes do DECIV, como se pode ver na Figura 14.

Figura 14 - Dados estatísticos sobre o conhecimento sobre as diretrizes de extensão universitária



Fonte: elaborado pela autora.

Para analisar se a variabilidade das respostas entre os professores do DECIV pode ser justificada pelo grupo possuir mais respondentes com menos tempo de docência, foi calculado o índice de correlação de Pearson entre o tempo de docência e as notas atribuídas pelos professores a cada uma das perguntas sobre seu conhecimento. Todas as questões obtiveram uma correlação fraca ( $r \leq 0,3$ ) com a experiência do professor, portanto, pode-se descartar essa possibilidade. Assim, a variação pode ter sido causada pelo fato de o DECIV ser o departamento com uma maior quantidade de professores atingidos – tanto percentualmente quanto em números absolutos.

Foi pedido aos docentes que ordenassem as cinco diretrizes conforme seu conhecimento sobre cada uma delas. A Tabela 5 mostra que essa percepção muda bastante conforme o departamento, a Interação Dialógica, por exemplo, é apontada como diretriz mais conhecida entre o DECIV e DEMAT e fica em última posição para os docentes do DELET e DEQUI. Não é possível apontar uma tendência para essas respostas.

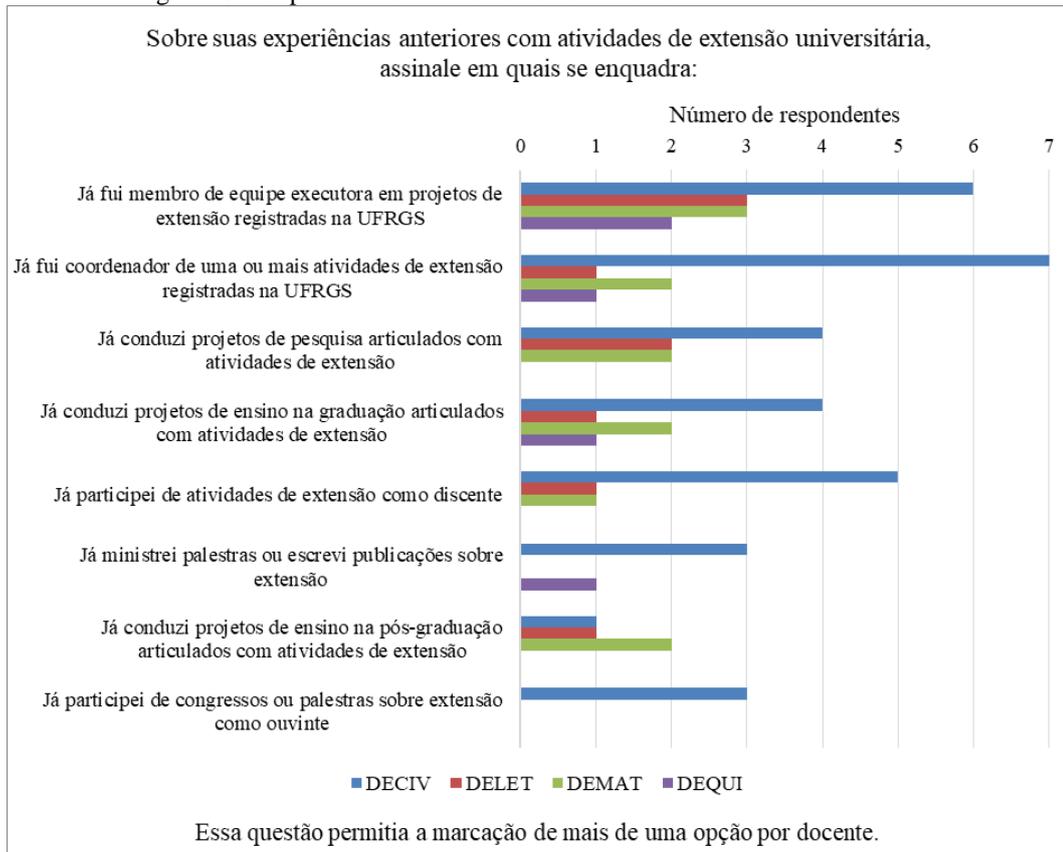
Tabela 5 - Conhecimento sobre as diretrizes de extensão universitária

<b>Diretriz</b>	<b>DECIV</b>	<b>DELET</b>	<b>DEMAT</b>	<b>DEQUI</b>
Interação Dialógica	1 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão	4 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>
Impacto na Formação do Estudante	3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Impacto e Transformação Social	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>

Fonte: elaborado pela autora.

Foram feitas três perguntas para identificar as experiências prévias dos docentes com atividades de extensão. Como mostra a Figura 15, a maioria dos docentes dos quatro departamentos analisados (64%) já participou da equipe executora de um projeto de extensão, e metade deles já coordenou essas atividades. Para descartar a possibilidade de que docentes mais interessados e próximos de atividades de extensão tenham participado em maior número da pesquisa, a porcentagem de membros de equipe executora foi comparada com os dados gerais dos departamentos. Segundo o Painel de Dados da UFRGS, em 2021, 73 docentes dos quatro departamentos analisados participaram de atividades de extensão na universidade, o que corresponde à 60% do total de professores e significa que a amostra dos respondentes da pesquisa está próxima dos números da população.

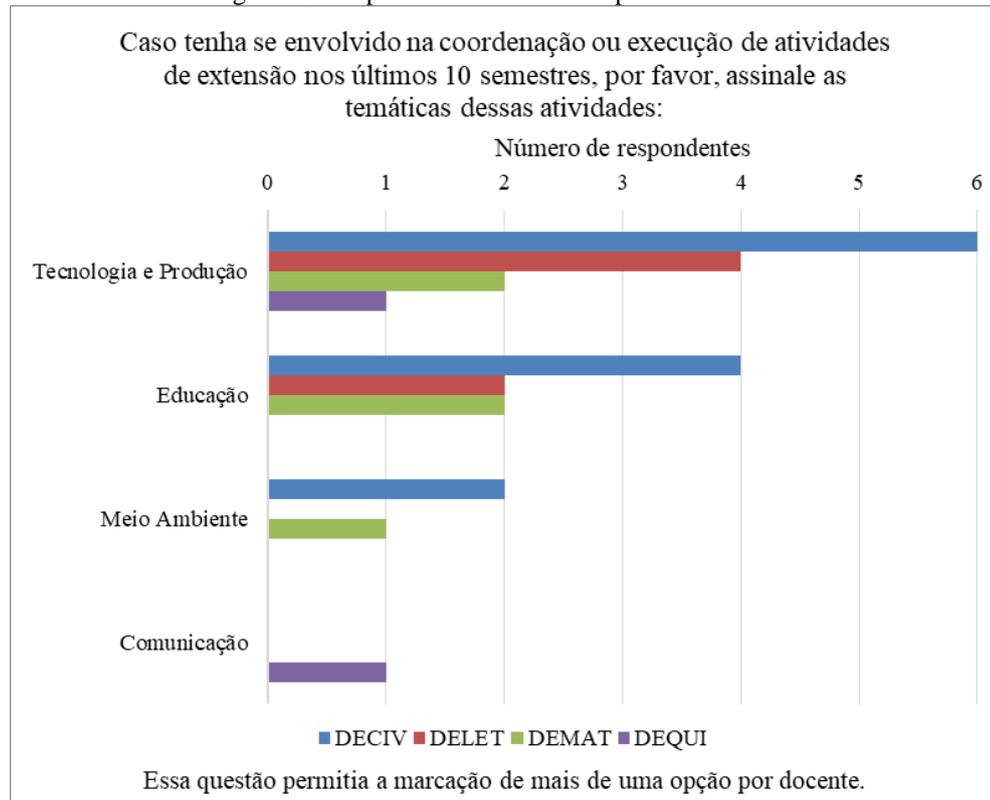
Figura 15 - Experiências anteriores dos docentes com atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

Nos últimos dez meses a temática que mais teve atuação dos docentes foi a de Tecnologia e Produção, como mostra a Figura 16, uma das áreas que mais possui afinidade com as competências de engenharia e também que mais teve interesse dos alunos. Nenhum docente respondente teve experiências nas áreas temáticas de Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Saúde e Trabalho.

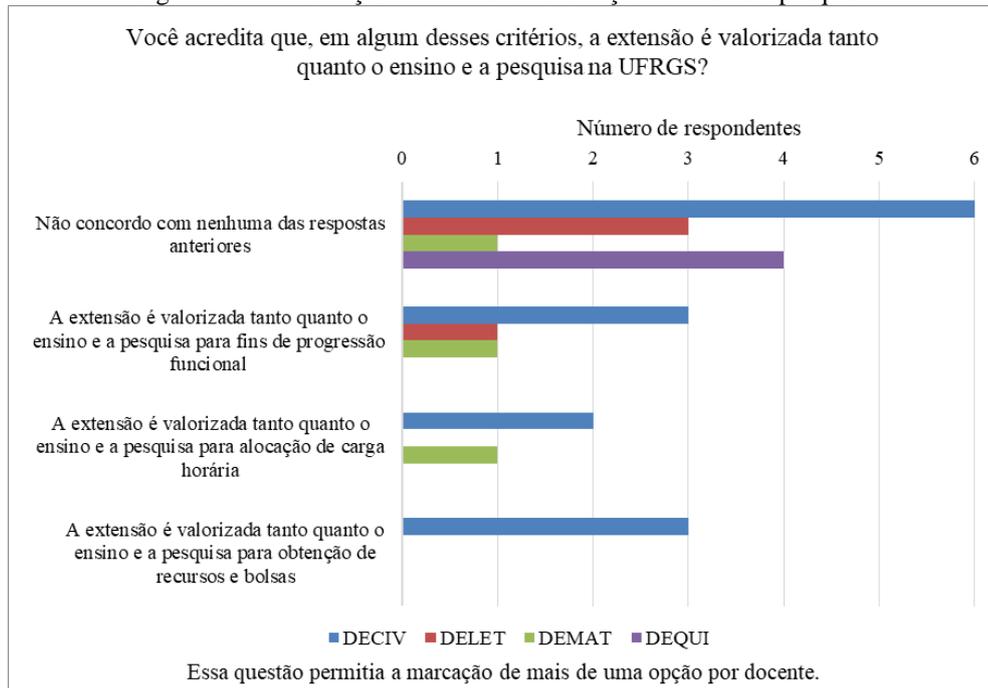
Figura 16 - Experiência dos docentes por área temática



Fonte: elaborado pela autora.

Mais de 60% dos docentes acreditam que a Extensão não é tão valorizada quanto o Ensino e Pesquisa para fins de progressão funcional, obtenção de recursos e bolsas e alocação de carga horária. Os docentes que, percentualmente, mais enxergam a valorização das atividades de Extensão Universitária comparadas aos outros eixos da tríade são os que compõem o DEMAT e nenhum professor do DEQUI vê a extensão como mais valorizada em algum critério. A Figura 17 ilustra as respostas da questão.

Figura 17 - Valorização da extensão em relação ao ensino e pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Os docentes foram questionados sobre quais linhas de Extensão Universitária deveriam ser priorizadas para os alunos da Escola de Engenharia. Foram apresentadas as mesmas 21 linhas de extensão presentes no formulário respondido pelos alunos, baseadas na classificação utilizada pela PROREXT. De acordo com a Tabela 6, a grande maioria dos docentes priorizaria ações relacionadas à Inovação tecnológica e Desenvolvimento tecnológico, essas duas linhas também despertam bastante interesse dos alunos, conforme a pesquisa apresentada no capítulo anterior. No entanto, a preferência dos docentes por certas linhas ficou muito mais evidente, já que entre o grupo a diferença percentual entre a primeira e a terceira linha mais escolhida foi de 32% e para os alunos, entre as mesmas posições esse valor foi de apenas 2%.

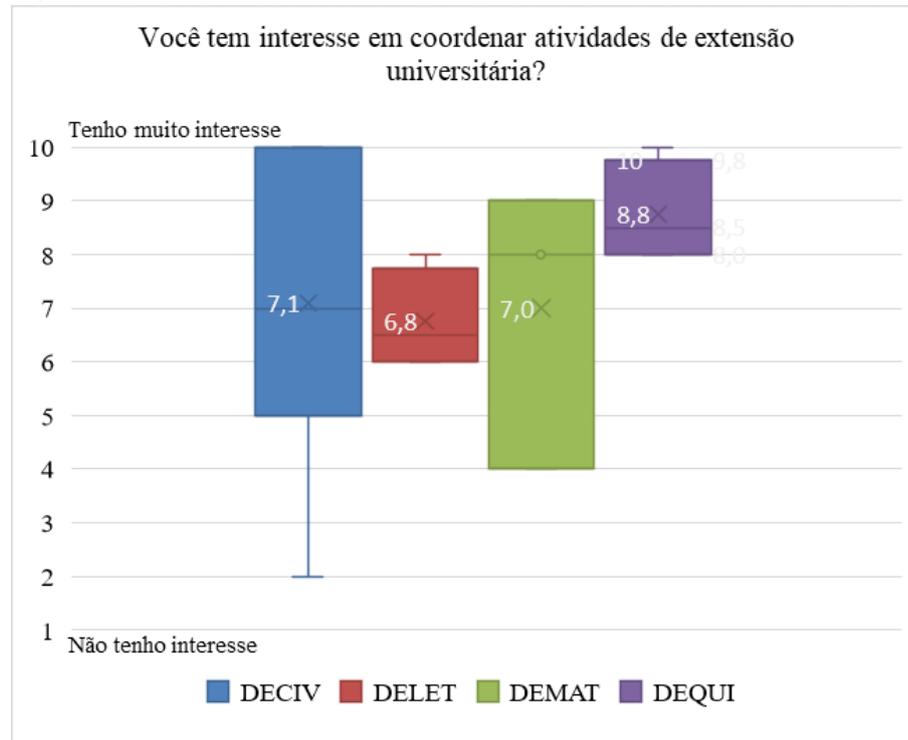
Tabela 6 - Linhas de extensão priorizadas pelos docentes

<b>Linha de extensão</b>	<b>Quantidade de docentes interessados</b>	<b>Percentual de docentes interessados</b>
Inovação tecnológica	17	77%
Desenvolvimento tecnológico	13	59%
Empreendedorismo	10	45%
Questões ambientais	10	45%
Resíduos sólidos	7	32%
Educação profissional	7	32%
Espaços de ciência	7	32%
Desenvolvimento urbano	6	27%
Tecnologia da informação	5	23%
Desenvolvimento regional	3	14%
Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem	3	14%
Emprego e renda	2	9%
Grupos sociais vulneráveis	2	9%
Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	2	9%
Pessoas com deficiências	2	9%
Gestão do trabalho	2	9%
Desenvolvimento rural e questão agrária	1	5%

Fonte: elaborado pela autora.

Todos os respondentes se mostraram bastante interessados em coordenar atividades de Extensão, apenas um dos 22 professores atribuiu nota 2 para essa pergunta, que possuía numa escala de um a dez, sendo dez: “Tenho muito interesse” e um: “Não tenho interesse”. Conforme a Figura 18, o corpo docente do DEQUI se mostrou mais interessado em coordenar atividades, com uma média de 8,8, seguido por DECIV, DEMAT e DELET, que ficaram próximos, com médias variando entre 7,1 e 6,8.

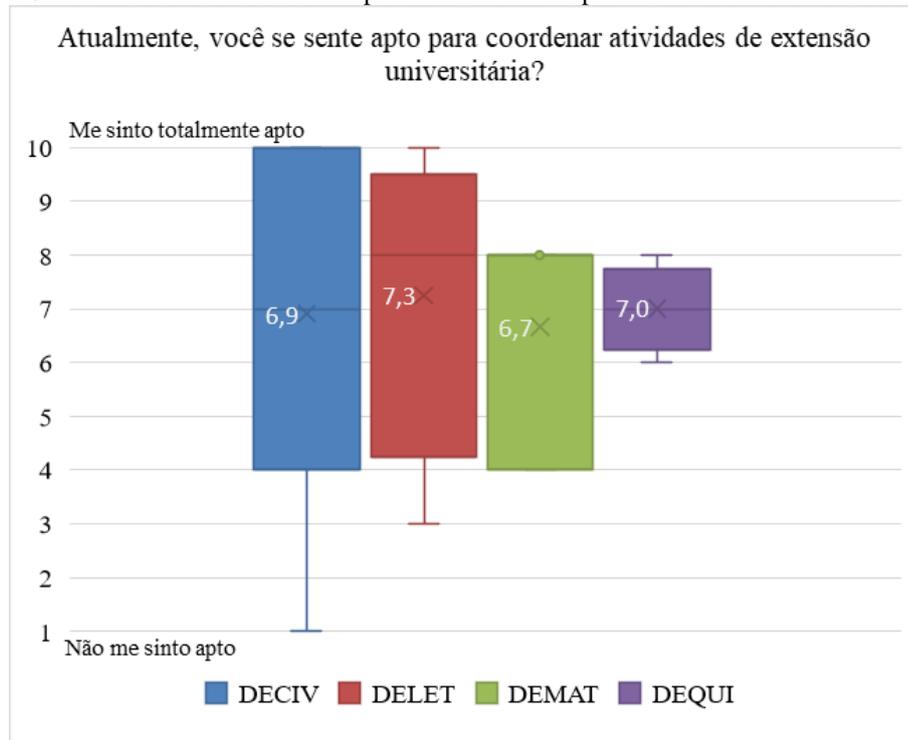
Figura 18 - Dados estatísticos sobre o interesse dos docentes em coordenar atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

A auto avaliação realizada pelos docentes sobre sua aptidão para coordenar atividades de extensão resultou em resultados similares para os quatro departamentos analisados, como mostra a Figura 19. DELET, DEQUI, DECIV e DEMAT tiveram médias entre 7,3 e 6,7, respectivamente. Ao mesmo tempo, 18 dos 22 professores (mais de 80%) responderam que tem interesse em participar de capacitações e treinamentos sobre a coordenação e execução atividades de extensão.

Figura 19 - Dados estatísticos sobre a aptidão dos docentes para coordenar atividades de extensão



Fonte: elaborado pela autora.

No campo aberto para comentários ao final do formulário, surgiram relatos de experiências, sugestão sobre a criação de uma página no site da Escola de Engenharia para centralizar o acesso à informação sobre a Extensão Universitária e opiniões sobre a plataforma de registro de atividades da universidade.

A análise, considerando quatro departamentos com diferentes áreas de atuação, evidenciou que os cursos enfrentarão desafios diferentes para a curricularização da extensão, e que os docentes de cada departamento enxergam desafios e motivações diferentes para as práticas extensionistas. Enquanto alguns terão mais dificuldade para executar atividades relacionadas às competências das disciplinas, outros poderão encontrar desafios no corpo docente, como resistência à curricularização ou falta de conhecimento sobre as resoluções que guiam o tema.

## **5 VISÃO EXTERNA DAS POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Considerando a característica da Extensão Universitária em se relacionar com o meio externo à Universidade, foram selecionadas três instituições de naturezas distintas para apresentar a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e as possibilidades de interação entre a universidade e os demais setores sociais. Os entrevistados foram selecionados por terem parcerias anteriores com a UFRGS, terem posição de destaque no meio da Engenharia ou por terem conhecimento da Universidade e do extramuros. As entrevistas, de caráter exploratório, tratam de assuntos gerais de ações de E.U., mas também de questões cotidianas que possam ser entraves ao desenvolvimento de projetos e programas em conjunto com a Escola de Engenharia.

### **5.1 ASSOCIAÇÃO PROJETO SURFAR**

A Associação Projeto Surfar é uma organização sem fins lucrativos que atua há 22 anos na região do Morro da Cruz, em Porto Alegre. Quem representou o projeto foi sua fundadora Gicele Melo, que dirige a associação desde sua fundação. Segundo Gicele, a história da ONG começou quando sua família, que tinha uma loja de artigos de surf, foi assaltada e teve que se mudar para o Morro da Cruz. Eles enxergaram na qualificação dos jovens da comunidade uma oportunidade de mão-de-obra barata para a produção dos itens, o que os fez investir na alfabetização e ensino de matemática para esses jovens. Quando perceberam, o projeto já tinha tomados proporções muito maiores das que a família de Gicele pretendia inicialmente, deixando de ser apenas um local para a produção de pranchas de surf para ser referência na comunidade para a qualificação de jovens.

Atualmente, a Associação atende diretamente cerca de 280 jovens e expandiu sua atuação para a assistência social, cultura e outras áreas da educação, como reforço escolar e o ensino de jovens e adultos, em parcerias com escolas públicas da região. O Projeto é movido por voluntários, além das mães dos jovens atendidos (que também recebem cursos profissionalizantes, como de cuidadoras de idosos) que frequentemente se envolvem com as atividades, conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar de cerca de 20 graduandos e profissionais das áreas de psicologia, assistência social e pedagogia, por exemplo. Os recursos financeiros chegam através de doações, eventos de arrecadação ou editais (desde 2006 a Associação possui CNPJ e estatuto social, o que permite a participação nesses processos).

O Projeto tem uma boa interação com órgãos públicos que atendem a região (conforme Gicele, algo fundamental para o seu funcionamento), sendo referência para unidades de saúde, conselho tutelar e Ministério Público, além do já citado, bom relacionamento com escolas do bairro. Assim, a ONG consegue ouvir e entender as demandas e limitações tanto da comunidade quanto do estado.

O histórico de ações em parceria com instituições de ensino superior do Projeto Surfar é grande, já tendo executado atividades com universidades como ESPM, PUC, UFRGS e FACTUM. Os responsáveis pela ONG também costumam dar palestras em ambientes acadêmicos falando sobre a sustentabilidade de organizações não governamentais. Mesmo após o encerramento das atividades vinculadas a universidade, alguns alunos seguem individualmente como voluntários. Quando questionada se enxergava oportunidades de atuação da Escola de Engenharia em ações na comunidade, Gicele deu uma resposta bastante positiva, dizendo que o meio social é bastante amplo e citando exemplos nas áreas de habitação (como vistorias nas casas da comunidade, auxílio em projetos de reformas), meio ambiente (como conscientização ambiental para os jovens) e ensino de tecnologia como forma de auxiliar na empregabilidade dos jovens da comunidade.

A presença de voluntários no bairro é bem aceita, sendo apontada até como fundamental para alguns tipos de atividades que precisam de um contato mais próximo – como acolhimento psicológico, por exemplo. Além disso, a Associação busca que as atividades realizadas aconteçam preferencialmente durante um período maior de tempo (na entrevista, citado como mais de três semestres), para favorecer a formação de vínculo entre comunidade e voluntários e garantir que as necessidades de ambos os lados sejam compreendidas e atendidas.

Um ponto interessante da entrevista foram as diferenças que Gicele disse observar entre as atividades executadas por universidades públicas e privadas. Ela enxerga alguns pontos que dificultam o andamento dessas ações por alunos de instituições públicas, como os conflitos com horários de aula (já que a ONG também tem um cronograma estabelecido e não pode depender totalmente da disponibilidade dos alunos) e a falta de recursos financeiros (para oferecer transporte e materiais para os alunos). Segundo Gicele, já houve alunos que não conseguiram concluir sua participação em uma atividade por falta de recursos financeiros, o que não acontece tanto com alunos de universidades privadas, que, além disso, têm um “maior poder mobilizador” nas suas redes de contato. No entanto, mais alunos de universidades públicas

retornam à comunidade para continuarem atuando como voluntários e parecem se sentir mais à vontade nos primeiros contatos com o grupo.

## 5.2 SECRETARIA DE INOVAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Quem representou a Secretaria de Inovação de Porto Alegre foi o atual Secretário Luiz Carlos Pinto Silva Filho, que ocupa o cargo desde setembro de 2021 e também atua como coordenador do Pacto Alegre. Além disso, Luiz Carlos foi diretor da Escola de Engenharia da UFRGS por oito anos, de 2012 à 2020, o que o aproximou ainda mais das experiências com Extensão Universitária.

Ao falar sobre o funcionamento da Secretaria de Inovação da cidade, Luiz Carlos comentou que Porto Alegre foi pioneira em ter um órgão dedicado para isso na prefeitura, ainda com as ações do InovaPOA (Coordenadoria de Inovação, que tinha o papel de articular a interação entre agentes públicos e sociedade civil organizada para estimular a Criatividade, Inovação e o Empreendedorismo visando o desenvolvimento da cidade e de seus cidadãos). Atualmente a Secretaria quer tornar a cidade uma referência para o ecossistema de inovação, e enxerga a inovação como meio para oferecer mais qualidade de vida aos moradores da capital. O ex-diretor da Escola de Engenharia destacou que, mesmo com um gabinete pequeno, a sua atuação é muito transversal com outras áreas da Prefeitura e que os recursos, tanto financeiros quanto humanos, vêm da parceria e do engajamento de empresas e de cidadãos que o ecossistema promove.

Quando questionado sobre quais oportunidades a Escola de Engenharia tem para se envolver em projetos de inovação em Porto Alegre, Luiz Carlos citou o trabalho que já vem sendo desenvolvido no Pacto Alegre, que busca realizar projetos transformadores e com amplo impacto para a cidade através do compartilhamento de recursos e parcerias com o poder público e a iniciativa privada, unindo forças de diferentes setores para um objetivo em comum. PUC, UFRGS e UNISINOS já atuam no Pacto com a formação da “Aliança para Inovação”, e fortalecem esse vínculo através de seus parques de tecnologia (como o Zenit, na UFRGS e o TecnoPUC, na PUC) e incubadoras tecnológicas e científicas. Hoje, Luiz Carlos diz que os universitários são referências, têm papel de protagonismo e que no início de qualquer projeto, a Secretaria de Inovação se pergunta como a universidade e o conhecimento gerado nela podem ser incluídos.

Luiz Carlos foi questionado sobre os desafios que enxerga para a UFRGS desenvolver atividades de Extensão Universitária com a comunidade de Porto Alegre, tanto do ponto de vista de um ex-diretor da Escola de Engenharia como da visão de um secretário de Inovação. Como ex-diretor, considera que a Universidade avançou criando sua Política de Inovação e que é cada vez mais incentivada a repensar sua relação com a sociedade com a criação dos Marcos Legais dessa área. Enxerga uma assimetria no conceito de extensão na universidade e um certo receio com a interação com o setor privado. Reforça que a universidade deve ser laica e apartidária, mas engajada com a sociedade e tendo o desenvolvimento humano e social como principais interesses. Acredita também que a Universidade precisa se “livrar de amarras burocráticas”, tendo mais flexibilidade para ser inovadora e possibilidade de ajustar currículos e horários. Segundo ele, a universidade foi concebida para gerar conhecimento apenas dentro da sala de aula e hoje estamos tentando mudar isso, o que precisa ser feito de maneira organizada. A Extensão Universitária deve ser parte do currículo formativo do aluno e é interessante que eles participem desse processo de construção.

Como secretário de inovação, os desafios que Luiz Carlos enxerga para o desenvolvimento de atividades com a UFRGS além da burocracia, já citada no parágrafo anterior, passam pelo medo que a universidade tem de testar coisas novas. Segundo ele, isso surge pela UFRGS ser uma instituição já conceituada que tem um nome a zelar e se sente desconfortável ao “tirar” o estudante do ensino. Ele enxerga que a Extensão Universitária pode ser uma ótima forma de ensinar o conteúdo teórico visto nas salas de aulas com mais contexto e relevância, mostrando que a teoria não é perfeita na realidade, e vê que as demandas dos novos alunos, como a busca por um propósito, um senso maior de coletividade, estão muito bem alinhadas com os conceitos de Extensão Universitárias. Do ponto de vista dos docentes e coordenadores dessas atividades, o secretário enxerga a importância de se trabalhar em conjunto com as entidades que estarão participando das ações, com mentores acadêmicos de um lado e práticos de outro. Acredita que esse lado prático terá que ser desenvolvido com os professores, que será um desafio que precisa ser enfrentado, e cita o doutorado acadêmico industrial, que já existe hoje na UFRGS como um ótimo exemplo disso.

Ao ser questionado se enxerga regiões e bairros da cidade que devam ser priorizados pela Escola de Engenharia para desenvolver projetos de extensão, Luiz Carlos vê duas frentes de atuação. Acredita na importância das ações como um “resgate social”, em bairros com menos acesso à educação e saúde, por exemplo, mas também na capacidade dos estudantes trabalharem

em projetos estratégicos para a cidade, como a revitalização do setor urbano, citando as obras da Orla do Guaíba e a do 4º Distrito. Entre os projetos atuais do Pacto Alegre, Luiz Carlos vê um em especial como um “grande projeto de extensão”, o Cidade Educadora tem como objetivo utilizar todo espaço urbano como espaço de educação e cidadania, reforçando a lógica de que estamos sempre aprendendo. O projeto tem todos os cidadãos como público alvo e grandes oportunidades para ter ações desenvolvidas em conjunto com a Escola de Engenharia. Em relação a instituições de voluntariado, ele vê a oportunidade de escalarmos o que já é feito através de órgãos públicos, já que muitas vezes essas organizações têm alcance bastante local, mas com ações que funcionam para as comunidades.

Sobre o período que acredita ser melhor para as atividades de Extensão Universitária se desenvolverem, o ex-diretor da Escola de Engenharia acredita que podem existir ações que precisarão de “forças-tarefa” e atuação em prazos mais curtos e que é interessante os alunos terem essa opção, mas que no geral gosta de ideia de projetos que se desenvolvam ao longo de um período maior – e que mesmo que haja a troca de alguns integrantes, professores se mantenham vinculados a aquela iniciativa. O poder público também deverá se preparar para receber esses projetos, para alinhar demandas e gerir essas equipes através de gestores dos projetos acadêmicos. Uma oportunidade que acredita que agregaria muito aos discentes é a convivência e a execução de projetos multi institucionais, ou seja, com os alunos trabalhando em conjunto com diferentes universidades e instituições.

### 5.3 SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RIO GRANDE DO SUL

A conversa para identificar os interesses e demandas da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul aconteceu com o engenheiro Cylon Rosa, que foi presidente da sociedade entre os anos de 2009 a 2011 e hoje faz parte do seu conselho vitalício. Cylon tem atuação em outros órgãos também, é vice-presidente do SICEPOT-RS (Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em geral do estado do Rio Grande do Sul) há oito anos, representa a SERGS em duas câmaras técnicas da Secretaria estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), de Mineração e do Fundo Estadual do Meio Ambiente e faz parte do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da FIERGS. Cylon acredita na importância de se envolver voluntariamente na participação dessas e outras instituições, como forma de retornar à sociedade os aprendizados que teve na universidade pública.

Sobre o envolvimento com atividades de Extensão Universitária de universidade, Cylon afirma que nunca trabalhou de forma direta com essas instituições, mas teve contato em obras e projetos de infraestrutura que desenvolvia junto aos órgãos de meio ambiente, DAER, e na inspeção de obras de arte, que muitas vezes tinham a participação de alunos e pós graduandos como consultoria técnica voluntária. O engenheiro acredita que há muitas oportunidades de envolvimento da UFRGS com o setor privado e empresas, mas enxerga um certo receio no envolvimento com esse setor por parte da universidade. Cita que universidades privadas, por terem prazos mais flexíveis, e uma maior visão empreendedora acabam se destacando nesse processo e vê no mestrado acadêmico a oportunidade de realizarmos essa aproximação com o mercado.

Cylon enxerga que a área de infraestrutura pode ser priorizada de forma a trazer ganhos para toda sociedade, e cita o envolvimento em projetos de terraplenagem, pavimentação, grandes estruturas (como portos, pontes e outras obras de arte especiais) e manutenção de estruturas. Quanto ao prazo de desenvolvimento dessas atividades, acredita que isso depende do projeto, alguns exigem a solução de um problema a curto prazo e outros, como os que utilizam técnicas novas (como a utilização de novos materiais ou aplicação de pesquisas recentes) podem levar mais tempo, e citou estudos como a utilização de pneus reciclados na composição asfáltica e do comportamento de concreto em ambientes agressivos.

## 6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Depois de vistos o formato já consolidada da curricularização da extensão em outras instituições públicas de ensino superior, os prováveis rumos da resolução interna da UFRGS que tratará da curricularização e os interesses, preferências e demandas dos alunos, docentes e da sociedade sobre o tema, esse trabalho apontará possíveis caminhos para a curricularização na Engenharia Civil. Por mais que essa discussão ainda esteja incipiente na COMGRAD do curso, gerando dúvidas e muitas possibilidades para a curricularização ser executada, não se pode deixar de considerar o que vem dando certo em outras universidades e as prováveis diretrizes da resolução da UFRGS como ponto de partida para as discussões da curricularização na Engenharia Civil.

Assim, considerando o tempo existente até o prazo previsto de dezembro de 2022, considera-se que o Curso de Engenharia Civil da UFRGS terá como estratégia cumprir a meta de curricularização a partir de disciplinas com caráter extensionista, mesmo que isso não esteja previsto na Meta 12.7 do PNE, e por participação do aluno em projetos de E.U. por iniciativa própria. Embora exista interesse por parte dos docentes, não há uma experiência prévia suficiente, o que foi demonstrado pela falta de conhecimento dos conceitos e processos.

### 6.1 MODALIDADES DE ATIVIDADES PARA A CURRICULARIZAÇÃO

Não se sabe se será previsto um percentual mínimo para execução de atividades em uma das três modalidades previstas para a curricularização da E.U. na UFRGS, mas considerando os pontos negativos e positivos de cada uma, é interessante que se busque um equilíbrio entre elas. De forma a não enrijecer a formação do aluno deixando de tornar a trajetória acadêmica um percurso único para cada graduando e evitando seu contato com alunos de outros cursos, as atividades não devem estar todas dentro de disciplinas obrigatórias do currículo. Essa pode ser uma estratégia por causa da quantidade pequena de docentes interessados em coordenar atividades, mas que deve ser utilizada com cautela.

Da mesma maneira, ao executar grande parte da carga horária apenas em projetos e programas da sua escolha, seja na UFRGS ou em outras instituições federais, o aluno tem mais chances de não se envolver em atividades ligadas às competências do seu curso e de executar essas atividades de forma descompromissada nos últimos semestres, apenas para obter os créditos obrigatórios. Assim, essas atividades também devem ser acompanhadas pela

COMGRAD do curso, que deve garantir que a creditação não ocorra em casos que o aluno participe apenas como ouvinte de cursos, por exemplo, e deve orientar para que o aluno desenvolva as atividades ao longo do curso. Com essa possibilidade, a necessidade do registro dessas ações se torna ainda mais evidente.

## 6.2 LINHAS TEMÁTICAS DE INTERESSE

Um grande ponto positivo observado nas pesquisas com os alunos e professores é que ambos os grupos têm interesses muito parecidos para realizar atividades de extensão: desenvolver conhecimentos relacionados à engenharia e inovação. Isso ficou claro ao observar as linhas temáticas priorizadas: inovação tecnológica, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento urbano e questões ambientais.

A vontade comum de atuar em certas linhas de E.U. pode incentivar discentes e docentes a se engajarem na criação, execução e coordenação de atividades de extensão, já que estarão juntos em contato com temas de seu interesse. As linhas citadas têm como formas de operacionalização comuns a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias; planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo; implementação e avaliação de processos de educação ambiental, discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente. Esses temas se relacionam fortemente com o currículo de Engenharia Civil e existe a possibilidade, inclusive, de que sejam ainda mais abordados nas atividades de ensino do curso.

## 6.3 LIMITAÇÕES DE CARGA HORÁRIA E DESLOCAMENTO DOS DISCENTES

Mesmo com o desejo de participar de ações relacionadas às competências técnicas do seu curso, os alunos preferem que as atividades de extensão sejam executadas entre o terceiro e sexto semestre, momento em que o ciclo básico do curso recém foi encerrado e os graduando ainda não tiveram muito contato com essas competências. É sugerido assim, que as atividades sejam equilibradas ao longo do curso, funcionando como motivadoras para esses discentes que

buscam ter o seu primeiro contato com a prática de engenharia no início das cadeiras específicas, mas que alunos com uma formação mais avançada também participem dos projetos, talvez com uma menor carga horária, servindo até como mentores desses alunos mais novos no curso.

Será importante que sejam oferecidas aos alunos atividades com diferentes duração e carga horária, conciliando o interesse de diferentes graduandos com as necessidades dos públicos alvo das ações (que eventualmente consideram mais adequadas atividades que se desenvolvam por um período maior, como três ou mais semestres). A exigência de deslocamento para regiões fora dos campi universitários também deverá ser realizada com cautela, já que os alunos apontam pouca disponibilidade de tempo para isso durante a semana letiva e quase metade deles precisaria de algum auxílio para arcar com o custo desse deslocamento. Uma preocupação entre os alunos é com o aumento de carga horária total de curso que a curricularização da extensão poderia gerar e que provavelmente impactaria no tempo médio de formação. Então, por mais desafiador que seja, a recomendação presente na resolução em fase de aprovação na universidade de que não haja esse aumento de carga horária deve ser seguida.

### 6.3 CAPACITAÇÃO E INTERESSE DOS DOCENTES

Um grande desafio a ser enfrentado é encontrar docentes motivados e com certa experiência que se interessem em coordenar e principalmente, em construir quase que do zero, as atividades de Extensão Universitária que farão parte do currículo da engenharia civil, tudo isso pensado em não aumentar a atual carga horária total do curso. Conforme a pesquisa realizada com docentes dos departamentos da Escola de Engenharia, existe um grupo interessado em fazer parte da coordenação de atividades. Esse grupo, formado por docentes com diferentes tempos de atuação na EE, assume que não tem pleno conhecimento em relação a algumas diretrizes e resoluções sobre Extensão Universitária, mas se mostra bastante disposto a participar de treinamentos sobre o tema. Essas capacitações podem ser construídas em conjunto com outros departamentos da Escola de Engenharia e da Universidade, com a participação de órgãos e especialistas de outras instituições e podem se desenvolver ao longo de 2022, antes que o prazo máximo para as mudanças seja atingido.

A capacitação dos docentes não tem foco apenas na construção de ações de extensão dentro das suas disciplinas, mas também em reforçar a importância e os procedimentos para se

registrar uma atividade de Extensão Universitária na UFRGS, que pode ser coordenada por outros servidores também. Grande parte das atividades de E.U. citadas pelos estudantes na pesquisa, das quais eles fizeram ou fariam parte, não estão registradas no Portal de Extensão, o que é um impeditivo para que essas ações sejam contabilizadas no currículo como carga horária de extensão e reduz muito a oferta de ações dessa modalidade para os alunos.

Outro desafio que pode ser abordado durante os encontros de capacitação é como a participação do aluno será avaliada em disciplinas com caráter extensionista, já que atualmente os métodos avaliativos são pensados para atividades de ensino e têm processos bem definidos. Esses são temas genéricos que se aplicam a vários cursos da universidade e conforme os professores da Escola de Engenharia se desenvolvam no assunto, poderão ser construídas capacitações e rodas de discussão específicas voltadas para a área de atuação da engenharia e de cada um dos cursos que compõem a Escola.

#### 6.4 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO JUNTO A SETORES EXTERNOS À UNIVERSIDADE

No capítulo 5, foi vista e reforçada entre os representantes da sociedade a possibilidade de atuação da universidade junto à ONGs, setor privado e órgãos públicos. Para isso vai ser necessária uma forte articulação entre os membros da universidade e os líderes dessas entidades, já que todos envolvidos possuem seus próprios interesses, prazos e estrutura organizacional.

A universidade vai ser provocada a se tornar mais flexível e ágil ao disputar espaço nessas atividades com instituições privadas. A burocracia, dificuldade de flexibilizar horários e o receio de inovar e de se aproximar do mercado foram apontados como pontos negativos na UFRGS quando comparada a universidades particulares. Ainda assim, foram vistas diversas oportunidades de atuação das Engenharias, especialmente a Civil, com esses setores. Foram citadas atividades alinhadas com o interesse dos alunos e dos docentes, como a execução de vistorias técnicas em moradias populares, a elaboração de projetos para obras de interesse social ou empresas, a atuação junto a construção de políticas públicas para a cidade, o envolvimento em grandes projetos estratégicos urbanos e no setor de infraestrutura.

Considerando o histórico de atividades de extensão da Escola de Engenharia e os comentários feitos pelos entrevistados, o setor privado se mostra preparado para receber essas ações e pode oferecer uma porta de entrada facilitada para a Extensão Universitária no currículo

da Engenharia Civil. Ainda assim, não se deve deixar de lado a atuação junto a órgãos públicos e movimentos e organizações sociais, como forma de contribuir para a superação da desigualdades existentes na nossa sociedade, o que é um dos princípios da E.U. apontado na Política Nacional. Embora esses últimos grupos exijam uma organização maior por parte da universidade para se executar atividades efetivas, eles também se mostram muito abertos e interessados em fazer parte da curricularização da extensão na Escola de Engenharia.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o relatório do Mapeamento da Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação das IPES Brasileiras, elaborado pelo FORPROEX, em dezembro de 2018, 56 das 73 instituições que participaram do levantamento não haviam iniciado ou estavam em fase de discussão sobre a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação, e apenas uma das instituições já estava com a discussão finalizada e com as alterações necessárias em execução. Nesse cenário, é esperado que a curricularização da extensão ainda gere muitas dúvidas em todas partes envolvidas no processo, tanto a nível da universidade, que não encontra muitas referências em outras instituições para a elaboração de suas resoluções, quanto ao nível das comissões de graduação, docentes e alunos, que se perguntam como essas mudanças vão impactar o seu dia a dia e como podem ser realizadas de uma forma assertiva.

A UFRGS se encontra em fase de discussão sobre a inserção de extensão no currículo dos cursos e ainda não teve a resolução que dispõe sobre a curricularização aprovada, o que contribui para as incertezas dos núcleos de cada curso em relação aos próximos passos em direção à curricularização. A fim de contribuir para a discussão, sugerir ações e fornecer dados para facilitar as tomadas de decisão da Escola de Engenharia e principalmente, no curso de Engenharia Civil, esse trabalho buscou ouvir e entender os interesses dos futuros principais envolvidos na execução, coordenação ou potenciais públicos-alvo das atividades de Extensão Universitária.

Foram identificadas oportunidades para a criação de atividades que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos e que integrem a matriz curricular do curso, sendo esse um ponto comum de interesse para realizar ações de Extensão Universitária entre os discentes e docentes. As pesquisas permitiram que fossem feitos alguns direcionamentos e sugestões para o avanço da discussão da curricularização no curso de Engenharia Civil, mas muitas respostas só serão obtidas quando a curricularização de fato acontecer, quando poderão ser testadas essas e outras hipóteses acerca dessa mudança curricular tão profunda. Assim, é recomendado que a universidade, as comissões de graduação e os docentes estejam preparados para avaliar crítica e continuamente as alterações de currículo realizadas para a inserção das atividades de E.U. durante, pelo menos, seus primeiros anos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. Universidade Federal de São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. ISBN 978-85-60064-17-5. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/208/58ccdbd131c42ed6515fa1df582e24d7.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara da Educação Superior. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Diário Oficial da União. Disponível em [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 24 Ago. 2021.

COORDENAÇÃO NACIONAL - FORPROEX. **MAPEAMENTO DA INSERÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS**. Maio 2019. 24 p. Disponível em: [https://ufsb.edu.br/images/extensao/Documentos/2\\_-\\_RELAT%C3%93RIO\\_FINAL\\_MAPEAMENTO\\_INSERTAO\\_EXTENSAO\\_FINAL.pdf](https://ufsb.edu.br/images/extensao/Documentos/2_-_RELAT%C3%93RIO_FINAL_MAPEAMENTO_INSERTAO_EXTENSAO_FINAL.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

DE CASTRO, Rosângela Nunes Almeida. TEORIAS DO CURRÍCULO E SUAS REPERCUSSÕES NAS DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ENGENHARIA. **EDUCATIVA - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás**, v. 13, ed. 2, p. 307-322, 2010. DOI 10.18224/educ.v13i2.1420. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/viewFile/1420/936>. Acesso em: 26 ago. 2021

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Apresentação - V Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão**. [S. l.], 2003. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/sempe/vsempeanais/apresentacao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. 2012

HERAS BONETTO, J. El grito de Córdoba: la reforma universitaria de 1918 y su vigencia em la Universidad del siglo XXI. 1. ed. Santiago de Chile: Universitaria, 2009. 97 p.

LA GACETA universitaria 1918-1919: una mirada sobre el movimiento reformista en las universidades nacionales. 1. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2008. 240 p.

LEONIDIO, LUCIANO FLÁVIO DA SILVA. **HISTÓRIA DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX (1987-2012)**. 2017. 183 p. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, CENTRO DE EDUCAÇÃO, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122). Acesso em: 21 out. 2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **A PARTICIPAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES NA AMÉRICA LATINA**. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PAINEL de Dados da UFRGS. 2017. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

ROTHEN, J. C. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931**. Revista brasileira de história da educação n° 17 maio/ago. 2008. p. 141-160. Universidade Estadual de Maringá.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**, Editora Atlas, Primeira Edição, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/1343>. Acesso em: 15 nov. 2021

TÜNNERMANN BERNHEIM, C. El nuevo concepto de la extensión universitaria. In: FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. p. 31-55.

## **ANEXO 1 – Linhas temáticas para classificação de ações de extensão**

N.	Linha de Extensão	Formas de operacionalização mais frequentes
1	Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2	Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3	Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4	Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5	Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6	Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7	Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8	Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9	Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10	Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.

**N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes**

11	Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12	Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13	Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14	Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré- incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró- atividade.
15	Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16	Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17	Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18	Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19	Estilismo	Estilismo e moda.
20	Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico- químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21	Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22	Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).

**N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes**

23	Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24	Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não- governamentais.
25	Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26	Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27	Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28	Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29	Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30	Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31	Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33	Mídias-arte	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35	Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.

**N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes**

36	Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37	Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38	Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39	Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40	Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41	Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42	Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43	Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44	Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.

## N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

45	Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46	Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47	Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48	Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49	Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50	Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
51	Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52	Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53	Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.